BT

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA:33270067000103

ANO LXIX - Edição nº 17.438

Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br

QUINTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2024

Haddad diz que governo terá de indicar um novo diretor de Política Monetária

Governo confirma a indicação de Galípolo

O ministro evitou estimar uma data para a sabatina do indicado à presidência do Banco Central, mas afirmou que Lula já chegou a discutir o assunto com o Pacheco

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou na quarta-feira, 28, indicação do diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, para a presidência da instituição. Segundo ele---, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhará o nome de Galípolo ao Senado, responsável por sabatiná-lo. O ministro informou que, agora, o governo começa a trabalhar nas indicações para os três outros diretores que precisam ser nomeados. Os mandatos do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, e dos diretores de Regulação e Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta terminam em 31 de dezembro. Com a escolha de Galípolo, o governo também terá de indicar um novo diretor de Política Monetária. "Oportunamente, nós devemos, depois de entrevistar e tomar a decisão junto ao presidente da República, indicar os três diretores que vão compor a nova diretoria", disse Haddad. Galípolo admitiu ser uma "honra, um prazer e uma responsabilidade imensa" ser indicado ao posto. Ele falou brevemente com a imprensa após o anúncio. "Vou ser breve, a indicação ainda depende da aprovação do Senado. Então, por respeito, serei breve, mas, na mesma magnitude, é uma honra, prazer e responsabilidade imensa ser indicado à presidência do BC do Brasil pelo presidente Lula e o e ministro Fernando Haddad. É uma honra enorme e grande responsabilidade, e estou muito contente". **PÁGINA 2**

MARIELLE

Conselho de Ética aprova a cassação de Brazão

O Conselho de Ética da Câmara aprovou por 15 votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção, o parecer que pede a cassação do deputado federal Chiquinho Brazão, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. **PÁGINA 7**

ELEIÇÕES

Pesquisa aponta empate triplo para prefeitura de SP

Pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira, 27, sobre a intenção de voto à Prefeitura de SP aponta para um empate triplo entre o deputado Guilherme Boulos, o prefeito Ricardo Nunes e o empresário Pablo Marçal. **PÁGINA 7**

EXPANSÃO

Serviços não financeiros batem recorde de ocupação

O setor de serviços não financeiros alcançou, em 2022, um contingente de 14,2 milhões de pessoas ocupadas. Isso significa um recorde no volume de mão de obra dentro da série histórica que começou em 2007 e um patamar 13,9% maior do que ocorreu em 2013. A evolução na comparação com o ano de 2021 é de 5,8%, o que corresponde a 773,1 mil pessoas a mais ocupadas. **PÁGINA 4**

AVANÇOS

Mercado formal abriu 188 mil empregos em julho

O mercado de trabalho formal registrou um saldo positivo de 188.021 carteiras assinadas em julho. O resultado do sétimo mês de 2024 decorreu de 2.187.633 admissões e 1.999.612 demissões. O saldo é o melhor resultado para este mês desde 2022, considerando a série histórica do Novo Caged, iniciada em 2020 (sem ajustes). Em julho de 2023, houve abertura de 142.702 vagas com carteira assinada. **PÁGINA 4**

CUIDADO PESSOAL

Kimberly-Clark prevê dobrar tamanho no Brasil até 2028

PÁGINA 5

META FISCAL

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, DARIO DURIGAN, REBATEU A AVALIAÇÃO DE QUE OS R$ 25,9 BILHÕES de revisão de gastos não seriam um corte de despesas no orçamento de 2025. "Se todo o esforço de revisão não fosse feito, nós teríamos mais R$ 25,9 bilhões sendo projetados no orçamento do próximo ano, então, trata-se, sim, de corte. Não estamos acabando com programas, mas dentro deles o esforço é de revisão e de fato economizar R$ 25,9 bilhões em 2025", enfatizou, em coletiva de imprensa sobre os dados. **PÁGINA 3**

ORÇAMENTO

Governo quer fortalecer revisão de gastos

O secretário do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo, afirmou que o governo quer fortalecer o processo de revisão de gastos e acoplá-lo ao ciclo orçamentário. Segundo ele, este trabalho contribui para o cumprimento da meta fiscal e busca encontrar espaço nas contas públicas. **PÁGINA 3**

EXPORTAÇÃO

Chambriard diz que Búzios será maior campo do País

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, apontou na quarta-feira, 28, que o campos de Búzios será o maior do país, podendo chegar a 1,5 milhão de barris por dia. Ela acrescentou que essa é sua expectativa - ainda não calculada pela área técnica da empresa. "Búzios vai ser disparado o maior campo do Brasil, e vamos ultrapassar 1 milhão de barris." **PÁGINA 8**

AVANÇOS

Mulher poderá se alistar no serviço militar aos 18 anos

Mulheres que queiram se alistar no serviço militar poderão fazê-lo voluntariamente no ano em que completar 18 anos de idade. Decreto publicado na quarta-feira (28) no Diário Oficial da União autoriza a admissão, a partir do próximo ano, quando deverão ser estabelecidos os municípios onde haverá o alistamento feminino pelo plano geral de convocação. **PÁGINA 7**

LANÇAMENTOS

BYD registra lucro líquido de 13,63 bilhões de yuans

PÁGINA 5

IBOVESPA 128.573,03 ↑ 0,83%

Mais Negociados

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN EDJ N2	39,60	+1,43%	+0,56
HAPVIDA ON NM	4,46	0,00%	0,00
ITAUUNIBANCOPN N1	37,37	+2,16%	+0,79
B3 ON NM	12,70	+0,40%	+0,05
COGNA ON ON ATZ NM	1,40	−2,10%	−0,03

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PANATLANTICAPN	40,50	+15,71%	+5,50
OI ON N1	5,30	+12,77%	+0,60
CLEARSALE ON NM	7,940	+11,52%	+0,820
NORDON MET ON	12,19	+10,82%	+1,19
TEKA PN	30,30	+7,83%	+2,20

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
AMBIPAR ON NM	68,04	−16,00%	−12,96
SANTANENSE PN	1,25	−14,97%	−0,22
INFRACOMM ON NM	0,160	−11,11%	−0,020
TRIUNFO PARTON NM	4,70	−10,98%	−0,58
MRS LOGISTICA	31,00	−6,03%	−1,99

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	41.091,42	-0,39%
S&P 500	5.592,18	-0,60%
NASDAQ	17.556,03	-1,12%
DAX 30	18.782,29	+0,54%
FTSE 100	8.343,85	-0,02%
IBEX 35	11.332,00	+0,05%

	COMPRA	VENDA	
DÓLAR COMERCIAL	5,556	5,556	↑ 0,99%
PESO	0,006	0,006	↑ 0,92%
EURO	6,174	6,175	↑ 0,34%
LIBRA	7,328	7,331	↑ 0,46%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R$ 453,93	2.507,05

SABATINA

Governo confirma a indicação de Galípolo para a presidência do BC

Haddad afirmou que o presidente encaminhou a indicação de Galípolo para o presidente do Senado e, agora, o governo começará a trabalhar nas indicações para os três outros diretores que precisam ser nomeados

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou na quarta-feira, 28, a indicação do diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, para a presidência da instituição. Segundo Haddad, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhará o nome de Galípolo ao Senado, responsável por sabatiná-lo.

"Ele está encaminhando ao Senado Federal, ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e ao senador Vanderlan Cardoso, presidente da CAE, o indicado dele para a presidência do Banco Central, que vem a ser o Gabriel Galípolo", disse Haddad a jornalistas, no Palácio do Planalto.

O ministro informou que, agora, o governo começa a trabalhar nas indicações para os três outros diretores que precisam ser nomeados.

Os mandatos do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, e dos diretores de Regulação e Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta terminam em 31 de dezembro. Com a escolha de Galípolo, o governo também terá de indicar um novo diretor de Política Monetária.

"Oportunamente, nós devemos, depois de entrevistar e tomar a decisão junto ao presidente da República, indicar os três diretores que vão compor a nova diretoria", disse Haddad.

O ministro evitou estimar uma data para quando ocorrerá a sabatina do indicado à presidência do Banco Central, que atualmente é diretor de Política Monetária da instituição. Ele afirmou, contudo, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já chegou a discutir o assunto com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Para Haddad, a importância dessa indicação está sintonizada entre Pacheco e o presidente da República.

Em anúncio à imprensa, o ministro também comentou que tentou falar com Pacheco há pouco, sem sucesso, e que voltará a ligar para o presidente do Senado para tratar do assunto relativo à escolha de Galípolo.

"O presidente Lula chegou a discutir com Pacheco qual seria a melhor oportunidade, cabe ao Senado marcar e decidir, mas creio está sintonizado entre Lula e Pacheco em relação à importância dessa indicação. Então vamos aguardar pronunciamento de Pacheco. Tentei agora há pouco falar com ele, não consegui, saindo aqui vou voltar a ligar para conversar sobre isso. Mas Lula já tinha conversa com Pacheco e vamos respeitar a institucionalidade da Casa, que tem seus ritos e afazeres e vai julgar o momento para realizar a sabatina", disse Haddad.

Confirmado como a indicação do governo Lula para a presidência do Banco Central, Galípolo, disse ser uma "honra, um prazer e uma responsabilidade imensa" ser indicado ao posto. Ele falou brevemente com a imprensa após o anúncio.

"Vou ser breve, a indicação ainda depende da aprovação do Senado. Então, por respeito, serei breve, mas, na mesma magnitude, é uma honra, prazer e responsabilidade imensa ser indicado à presidência do BC do Brasil pelo presidente Lula e o e ministro Fernando Haddad. É uma honra enorme e grande responsabilidade, e estou muito contente", afirmou o diretor.

Divulgação

Galípolo: "a indicação ainda depende da aprovação do Senado. Então, por respeito, serei breve, mas é uma honra, prazer e responsabilidade imensa ser indicado"

Galípolo acrescentou ainda que não responderia a perguntas dos jornalistas presentes para respeitar a institucionalidade do processo, uma vez que seu nome ainda será sabatinado e precisará ser aprovado pelo Senado Federal.

Galípolo se aproximou de Luiz Inácio Lula da Silva quando o petista ainda era candidato a presidente da República, em 2022. Ele foi um dos responsáveis por fazer a ponte entre o petista e o mercado financeiro.

Lula foi reabilitado para eleições em 2021, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin anulou ações contra o petista. Em seguida, o Supremo invalidou todas as condenações contra Lula na Lava Jato, que o haviam levado para a cadeia.

Assim que retomou a elegibilidade, Lula passou a trabalhar em sua candidatura presidencial. Uma das principais tarefas era recriar laços com o PIB. O empresariado e o mercado financeiro têm desconfianças com o PT desde sempre. A situação ficou pior depois da crise econômica do governo de Dilma Rousseff.

A atuação de Galípolo foi parte de um movimento mais amplo, que envolveu acenos ao setor produtivo. Lula teve uma série de jantares e outros encontros com banqueiros, industriais e empresários de diversas outras áreas.

Outros nomes importantes nesse processo foram Walfrido Mares Guia (Kroton) e José Seripieri Filho (Qsaúde), conhecido como Júnior da Qualicorp, ambos amigos de longa data do hoje presidente da República. Também participaram do esforço os advogados Walfrido Warde e Marco Aurélio de Carvalho.

DESCONFORTO

Campos Neto reconhece que as inflações implícitas subiram muito nos últimos meses

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse na quarta-feira, 28, que as inflações implícitas subiram muito, o que causa grande desconforto à autarquia. Durante conferência anual do Santander, ele voltou a enfatizar a mensagem de que o BC vai fazer o que for preciso para atingir a meta de inflação, de 3% ao ano.

Conforme Campos Neto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado na terça-feira com desaceleração na margem, veio um pouco melhor, mas ainda sem dar conforto para a autoridade monetária.

O presidente do Banco Central voltou a negar na quarta-feira que a autoridade monetária, seja por falas de seus diretores ou demais comunicados oficiais da autarquia, tenha estabelecido um novo forward guidance para a política monetária, mas reforçou que a instituição fará o que for preciso para trazer a inflação ao centro da meta no horizonte relevante.

"A melhor forma para se ter credibilidade é fazer política monetária sob o framework técnico e com comunicação", sentenciou o banqueiro central ao participar no período da manhã de quarta-feira da 25ª Conferência Anual Santander, em São Paulo. "Não demos guidance porque neste momento é importante ter flexibilidade", disse.

O comentário é uma espécie de reforço às últimas falas dos dirigentes da autarquia no sentido de desfazer a percepção de que, com as falas mais hawk de alguns diretores, a autarquia teria se colocado em uma espécie de corner para aumentar a Selic já na reunião de setembro do Comitê de Política Monetária.

Ao mesmo tempo Campos Neto citou a questão fiscal como uma espécie de driver para o direcionamento da política monetária.

"Queda sustentável de juro sempre esteve associada à melhora fiscal", disse o presidente do BC, observando que apesar da evolução das receitas, no campo fiscal as despesas do governo têm subido mais.

A despeito de acreditar que há motivos para se comemorar no que tange à inflação global, Campos Neto destaca que o movimento de desinflação está diminuindo de intensidade nos últimos tempos. "Essa desinflação mais lenta no mundo decorre da contaminação pelo mercado de trabalho mais aquecido", reiterou.

Nos Estados Unidos, alertou o banqueiro central, as propostas debatidas na campanha presidencial pelos dois principais candidatos são inflacionárias, o que merece ser observado com mais atenção.

Outro foco de atenção nos Estados Unidos, de acordo com o presidente do BC, é que não há sinais sendo dados na direção da austeridade fiscal naquele país.

O presidente do Banco Central avalia que, embora os principais temas debatidos na campanha para a eleição do próximo presidente dos Estados Unidos sejam inflacionários, a percepção é de que o ritmo de crescimento da economia do país está desacelerando. Isso, de acordo com o banqueiro central brasileiro, está ligado à precificação por parte dos americanos de uma política monetária mais agressiva por parte do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA).

"No nosso cenário, a desaceleração dos EUA será benigna e, provavelmente, organizada", disse Campos Neto.

Após repetir que a intervenção no câmbio chegou a ser considerada em alguns momentos pelo Banco Central, o presidente da instituição disse que a autarquia está com o "dedo no gatilho" para atuar no mercado se for necessário. "A gente chegou muito perto de pensar em fazer intervenção em alguns momentos. Significa que o Banco Central vai atuar se for preciso, e está sempre ali com o dedo no gatilho", declarou.

Ele apontou que o fato de o câmbio ser flutuante não significa que nunca haverá uma intervenção. Ponderou, no entanto, que as intervenções no câmbio precisam ser cuidadosas para evitar transbordamento a outros mercados.

Mais uma vez, Campos Neto frisou que o BC só intervém quando há disfuncionalidade no câmbio, observando também um princípio de separação no qual a política monetária é para juros, enquanto a estabilidade financeira é assegurada via medidas macroprudenciais.

Intervenções no câmbio em momentos de elevação no prêmio de risco, observou, levam a um transbordamento a outros mercados, influenciando os preços de ativos.

"No histórico brasileiro, o que acontece é que os juros longos começam a subir ... Quando os juros longos sobem, você atrapalha todos os projetos estruturais, que são hoje grande parte da economia", assinalou Campos Neto, acrescentando que intervenções no câmbio também podem afetar a precificação do crédito privado. "Então, a gente tem que imaginar que tem sempre um link entre as diversas variáveis macroeconômicas, de preço de mercado. A intervenção ideal é aquela que nem distorce, a ponto de transbordar a outro mercado, e nem ignora um movimento que pode ser um movimento atípico de fluxo no câmbio. É sempre entre esses dois mundos que tentamos navegar", explicou.

Diário Comercial

Propriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.

FILIADO À: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br – **SP - José Castelo** • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

Rio de Janeiro
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

São Paulo
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

Brasília
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038

Belo Horizonte
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL

Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

DETALHAMENTO

Durigan admite que revisões vão simplificar corte de gastos

O secretário disse que o trabalho de revisão de gastos de 2024, que visa a alcançar uma economia de R$ 10 bilhões neste ano, tem sido executado num ritmo "muito positivo"

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, rebateu a avaliação de que os R$ 25,9 bilhões de revisão de gastos não seriam um corte de despesas no orçamento de 2025. "Se todo o esforço de revisão não fosse feito, nós teríamos mais R$ 25,9 bilhões sendo projetados no orçamento do próximo ano, então, trata-se, sim, de corte. Não estamos acabando com programas, mas dentro deles o esforço é de revisão e de fato economizar R$ 25,9 bilhões em 2025", enfatizou, em coletiva de imprensa sobre os dados.

Ele reconheceu que mais ações deverão ser tomadas, de acordo com a ordem de prioridades do governo, mas ressaltou que os R$ 25,9 bilhões são um "primeiro passo". "O que estamos mostrando agora é onde vai incidir os R$ 25,9 bilhões. Claro que outras coisas precisam ser feitas e serão feitas", afirmou Durigan, ponderando também que o trabalho de revisão de gastos é feito a "todo tempo".

No detalhamento do corte apresentado na quarta-feira, 28, R$ 19,9 bilhões resultarão do processo de revisão de despesas e R$ 6,1 bilhões serão economizados por reprogramação e realocação de gasto. Em relação a esse segundo eixo, que despertou dúvidas, os técnicos da equipe econômica explicaram que os R$ 6,1 bilhões refletem uma revisão interna na projeção orçamentária do próximo ano feita pelos próprios ministérios.

Por exemplo, no caso do Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) informou ao Ministério do Planejamento que será possível reduzir o orçamento em R$ 2,3 bilhões, fazendo com que a projeção de gastos com o programa em 2025 reflita o mesmo gasto efetivado em 2023.

O secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo, considerou, por sua vez, que esses processos ainda estão em construção pelos ministérios, mas defendeu que há mecanismos viáveis para promover essas economias, como pela reavaliação de cadastros. "Ministérios setoriais diminuíram projeção de orçamento de 2025 em processos de revisão interna", disse o secretário.

Durigan reforçou a explicação. Segundo ele, essas economias refletem uma revisão em relação ao que seria a projeção de 2025 se não fossem adotadas medidas.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda disse ainda que o trabalho de revisão de gastos de 2024, que visa a alcançar uma economia de R$ 10 bilhões neste ano, tem sido executado num ritmo "muito positivo e até acima do esperado".

Durigan afirmou, contudo, que a coletiva realizada na quarta não seria destinada a detalhar esses dados, mas focada na economia de R$ 25,9 bilhões esperada para o orçamento do próximo ano. "Sobre 2024, podemos estar devendo informação, mas a revisão tem execução em ritmo muito positivo e até acima do esperado", afirmou.

Mais cedo, Sergio Firpo informou que o uso do Atestmed - ferramenta que permite a troca da perícia médica presencial pela análise documental eletrônica em pedidos de alguns benefícios - já gerou economia de R$ 2 bilhões até junho de 2024. A previsão é economizar cerca de R$ 5,6 bilhões no ano com essa medida.

Ele também explicou que a revisão de benefícios por incapacidade já gerou economia de R$ 1,3 bilhão em 2024, de um total previsto de R$ 2,973 bilhões. Toda a agenda de revisão de gastos tocada pelo Grupo de Trabalho do governo que se debruça sobre os gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deve gerar uma economia de R$ 9,046 bilhões este ano.

Segundo o secretário de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Adroaldo Portal, a economia de R$ 1,3 bilhão é garantida com a cessação de 133 mil benefícios já realizada, de um universo de 258 mil perícias feitas no processo de revisão. Isso gerou uma economia para a folha do INSS de R$ 320 milhões em agosto, que, estendido o efeito para o fim do ano, poupará R$ 1,3 bilhão em 2024. "Isso é matemática, não previsão", disse.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda rejeitou a avaliação de que a ampliação do auxílio-gás, proposta pelo Ministério de Minas e Energia, vai consumir a economia gerada com o processo de revisão de gastos. Os técnicos da área econômica, contudo, evitaram entrar em detalhes sobre o projeto de lei enviado nesta semana, por avaliarem que o tamanho da renúncia fiscal ainda vai depender do desenho final do programa.

Na segunda-feira, 26, o governo enviou um PL ao Congresso para criar uma nova operacionalização deste auxílio, que será chamado de Gás para Todos.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o aumento de beneficiados fará com que o programa custe em torno de R$ 5 bilhões em 2025, contra R$ 3,7 bilhões previstos para este ano. Hoje, o auxílio-gás atende cerca de 5,6 milhões de famílias, mas a ideia é que o Gás para Todos alcance 20,8 milhões de famílias até o fim de 2025, o que vai elevar o gasto com a política a R$ 13,6 bilhões no ano de 2026.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, disse, contudo, não saber o tamanho exato da renúncia, que vai depender do desenho orçamentário do programa. Se o custo for embutido na via orçamentária, pontuou, o governo terá de revisar outros gastos ou reduzir despesas discricionárias para acomodar a ampliação. Se for pela via do subsídio, o governo estará abrindo mão de receita, o que impacta diretamente o espaço futuro que o Executivo tem para gastar. "Vai ter que ter ajuste, natural isso acontecer dentro do processo das regras fiscais", afirmou.

Durigan, da Fazenda, pontuou ainda que o PL surgiu do MME, e que não tem avaliação de mérito pela equipe econômica, embora tenha frisado que a reformulação do auxílio-gás tenha o objetivo de tornar o programa mais efetivo. "Nossa avaliação foi feita sobre a compatibilidade com o arcabouço fiscal e o orçamento", afirmou, lembrando também que, por ter sido enviado ao Congresso por meio de PL, a reformulação não tem impacto imediato. "O projeto prevê que Caixa operacionaliza programa, mas não vou antecipar detalhes sobre o desenho", disse.

José Cruz - Agência Brasil

Durigan: "se todo o esforço de revisão não fosse feito, nós teríamos mais R$ 25,9 bilhões sendo projetados no orçamento"

META FISCAL

Governo quer vincular despesas ao orçamento

O secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo, afirmou na quarta-feira, 28, que o governo quer fortalecer o processo de revisão de gastos e acoplá-lo ao ciclo orçamentário. Segundo ele, este trabalho contribui para o cumprimento da meta fiscal e busca encontrar espaço nas contas públicas para que o Executivo possa implementar políticas prioritárias.

Firpo explicou que a revisão de gastos não tem como base a cessação de direitos, mas evitar pagamentos indevidos e garantir direitos de beneficiários. "Sabemos como a revisão de gastos é importante para reduzir a fila de benefícios, como Bolsa Família", exemplificou. Ele reforçou que o intuito é evitar "vazamentos" e permitir que os recursos cheguem a quem tem direito.

O secretário reforçou ainda que a agenda de revisão de gastos envolve todo o governo federal. Ele explicou que este trabalho ocorre por meio da implementação de um processo sistemático, e não com um simples "revisaço" de gastos.

Firpo afirmou que, por meio do trabalho de revisão de gastos públicos, é possível repensar vinculações de determinadas despesas e qualidade do dispêndio de alguns recursos.

O secretário disse ainda que não é possível o governo revisar gastos sem parceria forte com setoriais. "Isso permite que várias das conversas que temos com setoriais sejam rapidamente levadas para a Junta de Execução Orçamentária (JEO) para que a gente possa inclusive pensar nas medidas que estão desenhadas no plano de ação, que elas possam ser implementadas efetivamente", afirmou.

Ele citou como exemplo a implementação do chamado Atestmed, que foi um projeto do INSS e que, segundo ele, tem se mostrado bastante efetivo.

Firpo reiterou ainda que a agenda de revisão de gastos não promoveu "cessação de benefício na marra", mas apenas um pente-fino em famílias que estavam recebendo recursos indevidamente e gerando uma fila enorme de espera. Ele citou como exemplo a revisão do programa Bolsa Família em 2023.

O Ministério do Planejamento detalhou na quarta-feira, 28, a reavaliação de gastos de R$ 25,9 bilhões que ajudará no fechamento do orçamento de 2025. A economia é especificada em dois tipos de ação: R$ 19,9 bilhões em revisão de despesas e R$ 6,1 bilhões economizados com foco em reprogramação e realocação de gasto.

No caso da revisão, os principais números aparecem em medidas relacionadas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), com R$ 6,4 bilhões, e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com R$ 7,3 bilhões. No caso do INSS, essa economia será buscada com ações relativas ao uso do Atestmed (R$ 6,2 bilhões), já utilizado atualmente, e com medidas cauteladas e administrativas (R$ 1,1 bilhão).

Ainda no eixo de revisão, são R$ 3,2 bilhões esperados com a reavaliação de benefícios por incapacidade, como é chamado o auxílio-doença. As ações relativas a essa política já começaram neste ano.

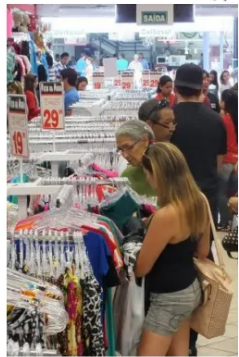
Na apresentação divulgada pelo Planejamento, a pasta cita a reavaliação do estoque de benefícios no segundo semestre deste ano (até 800 mil benefícios) e o restante em 2025. Essas medidas também envolvem a reavaliação cadastral e revisão de renda em 2024 e 2025 relativas ao BPC concedido a idosos e pessoas com deficiência, além da reavaliação pericial do estoque do BPC PcD em 2025.

Já em relação à revisão do BPC que irá gerar uma economia de R$ 6,4 bilhões no próximo ano, a pasta informou que a estimativa de benefícios que poderão ser cessados chega a 481,725 mil, o que envolve tanto a revisão de cadastro e de renda (269,721 mil) como a reavaliação dos benefícios BPC para pessoas com deficiência (212,004 mil). Esses números devem ser obtidos pela reavaliação num universo de 3,4 milhões de benefícios. Os R$ 6,4 bilhões de economia esperada se dividem entre R$ 4,3 bilhões da revisão de cadastro e de renda e R$ 2,1 bilhões da reavaliação dos BPC PcD.

Ainda no eixo de revisão de gastos, o governo espera poupar R$ 1,9 bilhão com medidas relativas ao Proagro e R$ 1,1 bilhão com o Seguro Defeso. Já no eixo de reprogramação/realocação, são R$ 2,3 bilhões relativos a ações no Bolsa Família, R$ 2 bilhões em "Pessoal", e R$ 1,8 bilhão em Proagro.

INCERTEZAS

Confiança do comércio recuou 1,5% em agosto

Divulgação

Comércio: expectativas caem 1,1%

Os comerciantes brasileiros ficaram menos otimistas em agosto, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) caiu 1,5% em relação a julho, a quarta queda consecutiva, já descontadas as influências sazonais.

O índice ficou em 108,7 pontos, permanecendo assim na zona de satisfação, acima dos 100 pontos. Na comparação com agosto de 2023, porém, o Icec recuou 1,8%.

Na passagem de julho para agosto, os três componentes do Icec registraram retração. O componente de avaliação das condições atuais caiu 3,1%, para 83,8 pontos, com recuos nos itens economia (-5,0%), empresa (-2,2%) e setor (-2,8%).

O componente das expectativas caiu 1,1% em agosto ante julho, para 138,6 pontos, com piora nos quesitos economia (-1,2%), setor (-0,8%) e empresa (-1,2%). O componente das intenções de investimentos encolheu 0,8% em agosto ante julho, para 103,7 pontos, com redução nos itens contratação de funcionários (-1,5%) e empresa (-1,1%), mas avanço em estoques (+0,3%).

A entidade avalia que a incerteza econômica em relação ao futuro da taxa básica de juros (a Selic), à inflação e às contas públicas cria uma pressão sobre as expectativas para os próximos resultados do comércio.

Quanto aos segmentos do comércio, a queda na confiança foi mais acentuada no ramo de roupas, calçados, tecidos e acessórios, itens semiduráveis, com recuo de 1,8%. Entre os produtos de primeira necessidade, como alimentos e medicamentos, houve uma redução de 1,4% na confiança do empresariado. Já no ramo de bens duráveis, como eletrodomésticos e veículos, a confiança encolheu 1,3%.

A possibilidade de novos aumentos na taxa de juros já afeta as expectativas para os próximos meses, apontou o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

"Apesar de um cenário de juros mais favorável, a incerteza sobre a duração dessas condições gera cautela entre os empresários, que já começam a prever desafios nos próximos meses", avaliou Tavares, em nota da CNC.

A confiança do empresário do comércio no Rio Grande do Sul ensaiou recuperação em agosto, após uma sequência de três meses seguidos de perdas, em decorrência da tragédia climática na região. O Icec gaúcho registrou um aumento de 6,4% em agosto ante julho, alcançando 99,4 pontos.

"O maior avanço foi observado na avaliação sobre as condições atuais da economia, com um crescimento de 9,7%, o que reflete a confiança dos empresários na recuperação econômica do Estado. As intenções de investimento tiveram crescimento de 7,1%, com destaque para a intenção de contratação de funcionários, que aumentou 8,4%, voltando a superar os 100 pontos após dois meses de insatisfação dos comerciantes", relatou a CNC.

BT
Diário Comercial
Quinta-feira, 29 de agosto de 2024

MÃO DE OBRA

Divulgação

Serviços não financeiros tiveram recorde de ocupação em 2022

As 14,2 milhões de pessoas ocupadas receberam R$ 518 bilhões em salários e remunerações e trabalhavam em 1,6 milhão de empresas

Serviço de mecânico: em 2022, o trabalhador médio do setor de serviços recebeu cerca de 2,3 salários-mínimos (s.m) mensais. O segmento de Serviços prestados principalmente às famílias foi o que pagou os menores salários (1,4 s.m.)

O setor de serviços não financeiros alcançou, em 2022, um contingente de 14,2 milhões de pessoas ocupadas. Isso significa um recorde no volume de mão de obra dentro da série histórica que começou em 2007 e um patamar 13,9% maior do que ocorreu em 2013. A evolução na comparação com o ano de 2021 é de 5,8%, o que corresponde a 773,1 mil pessoas a mais ocupadas. No acumulado entre 2019, ano imediatamente anterior à pandemia, e 2022, o volume de mão de obra avançou 10,3%.

Entre as 34 atividades analisadas, cinco concentraram 47,3% das pessoas ocupadas do setor: Serviços de alimentação (11,6%); Serviços técnico-profissionais (11,4%); Transporte rodoviário de cargas (8,4%); Serviços para edifícios e atividades paisagísticas (8,2%); e Serviços de escritório e apoio administrativo (7,7%).

Os são dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) 2022, divulgada na quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o analista da PAS, Marcelo Miranda, as 14,2 milhões de pessoas ocupadas receberam R$ 518 bilhões em salários e remunerações, trabalham em aproximadamente 1,6 milhão de empresas que geraram de receita operacional líquida R$ 2,7 trilhões e de valor adicionado bruto, R$ 1,5 trilhão. "O que mostra um pouco a importância do setor de serviços dentro do país", comentou em videoconferência.

Apesar da alta de 10,3% no volume de mão de obra no acumulado entre 2019 e 2022, o segmento dos Serviços prestados, principalmente, às famílias, registrou redução de 3,2% ou 92,4 mil empregos a menos. A explicação neste caso foi o período da pandemia, quando grande parte da população passava por isolamento e não usava este tipo de atividade. No entanto, depois desse período vem registrando recuperação.

"Esse segmento possui atividades muito intensas em presenciais como restaurantes, hotelaria e isso explica um pouco essa perda de participação, mas a gente percebe que após 2020, em 2021 e 2022 vem se recuperando e ganhando mais participação ao longo dos últimos dois anos", indicou.

Também considerando o volume de pessoas ocupadas, o maior avanço no emprego em 2022 foi na atividade de Serviços técnico-profissionais, que teve crescimento de 166,1 mil pessoas, ficando em um patamar mais elevado, se comparado a 2021, e também em relação ao período pré -pandemia. No acumulado de 2019 a 2022 foram 353,8 mil pessoas a mais ocupadas.

A Pesquisa Anual de Serviços analisa a atividade nos segmentos de Serviços prestados principalmente às famílias; Serviços de informação e comunicação; Serviços profissionais, administrativos e complementares; Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; Atividades imobiliárias; Serviços de manutenção e reparação; e Outras atividades de serviços.

"O objetivo da PAS, diferente das pesquisas conjunturais, é ver as mudanças estruturais e grandes alterações que ocorreram ao longo de um prazo, mas também algumas análises relevantes que a gente acha a partir de 2019 que é o ano pré pandemia. A gente achou que algumas comparações referentes a 2019 são importantes", disse o analista.

As variáveis analisadas são Emprego e salários; Receita de prestação de serviços; Custos e despesas; e Regionalização de receita de serviços, empregos e salários.

"A pesquisa não tem nos seus questionamentos efeitos de causalidade, o porquê de determinada coisa acontecer. A gente não faz este tipo de pergunta. Temos apenas perguntas objetivas e numéricas e a gente apresenta as variáveis", apontou Miranda.

Ao todo, 128 664 entidades empresariais do setor de serviços não financeiros participam da PAS. Para responder à pesquisa, a empresa precisa ter como atividade principal a de prestação de serviços não financeiros; ter situação ativa no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE; e ser sediada em território nacional. Na Região Norte, se estende a apenas municípios das capitais, com exceção do Pará, onde é realizada nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

Em 2022, o trabalhador médio do setor de serviços recebeu cerca de 2,3 salários-mínimos (s.m) mensais. O segmento de Serviços prestados principalmente às famílias foi o que pagou os menores salários (1,4 s.m.). Já os maiores ficaram no segmento de Serviços de informação e comunicação (4,8 s.m.). São Paulo foi a unidade da federação que pagou a maior remuneração média (2,9 s.m.), ao contrário, Roraima e Piauí tiveram os menores salários médios (1,3 s.m.). No período de 10 anos, a remuneração média do setor ficou estável em cerca de 2,3 s.m.

O segmento de Serviços de informação e comunicação foi o que mais perdeu participação nos 10 anos. A retração ficou em 5,6 pontos percentuais (p.p.), enquanto o segmento Outras atividades de serviços foi o que mais avançou, com alta de 3,4 p.p. no período.

O segmento mais representativo em 2022 foi o de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que respondeu por 29,8% da receita operacional líquida do setor de serviços, o que representou um incremento de 1,2 p.p. em 10 anos. Em movimento contrário, o segmento de Serviços de informação e comunicação apresentou a maior redução de importância dentro do setor de serviços, com retração de 5,6 p.p.. A contribuição para este resultado negativo partiu da atividade de Telecomunicações, que diminuiu a sua representatividade em 6,7 p.p..

A atividade de Telecomunicações foi a que teve maior redução de participação (6,7 p.p.), entre 2013 e 2022. Com isso, saiu da primeira para a quinta maior atividade em receita operacional líquida. Já a de maior aumento de participação foi Tecnologia de informação, com crescimento de 3,4 p.p.. Também no período, Transporte rodoviário de cargas subiu 2,5 p.p.. "Dentre as 34 atividades [pesquisadas dentro dos segmentos] é que mais gerou receita operacional líquida com 13,1% do total das receitas do setor de serviços do país", acrescentou.

Outro ponto revelado pela PAS é que entre 2013 e 2022, a concentração de mercado nas oito maiores empresas do setor de serviços, chamada de R8, caiu de 9,5% para 6,8% em toda a receita operacional líquida do setor. Foi determinante para o resultado os recuos, nesses 10 anos, de 5,1 pontos percentuais (p.p.) do segmento de Serviços de informação e comunicação e de 3,3 p.p. em Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. "Há uma queda dessa concentração ao longo dos anos, mas, ainda assim, as oito maiores empresas representam em 2022, 30,8% do total da receita gerada por este segmento dentro do setor de serviços", observou.

Nas regiões do país, junto à menor participação dos Serviços de informação e comunicação na receita do setor, houve o aumento da representatividade dos Serviços profissionais, administrativos e complementares no ranking das Regiões Nordeste (31%), Sudeste (27,7%), Norte (27,2%) e Sul (25,9%). No Centro-Oeste, no entanto, a liderança ficou com o Transporte rodoviário (26%).

Ainda nas regiões, em 2022, o Sudeste concentrou 65,4% da receita bruta de serviços gerada no país. O Transporte rodoviário, que inclui o de passageiros e o de cargas, ficou na frente, no nível desagregado das atividades, em Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, mas nas outras unidades da federação quem liderou foi a prestação de Serviços profissionais, administrativos e complementares.

A Região Nordeste se manteve com os menores salários médios na série da pesquisa, enquanto o Sudeste apresentou remuneração acima da média nacional.

Para explicar a diferença entre comércio e serviços, o IBGE deu como exemplo a compra de um refrigerante em um supermercado que será consumido em casa, o que significa que o estabelecimento praticou uma atividade comercial. Já a serviço ocorre quando o consumo deste produto é em uma lanchonete.

No entendimento do IBGE, o setor de prestação de serviços não financeiros refletiu o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos em 2022, principalmente, a diminuição do desemprego, que terminou o ano em 7,9%. Além disso, sofreu influência do crescimento de 3% do PIB, tendo como destaque o avanço de 4,1% no consumo das famílias.

Para os pesquisadores, a intensificação da volta da atividade econômica depois do auge da pandemia de covid-19 pode estar associada à parte considerável do resultado do setor de serviços, como também, o impulso em setores com forte integração com outras áreas da economia.

"Os resultados da PAS 2022 estão inseridos nesse contexto de plena retomada das atividades produtivas e intensificação de setores-chave na vida de cidadãos e empresas, como é o caso de Transportes e Tecnologia da Informação", destacou o IBGE.

O analista da pesquisa disse que os efeitos da chuva no Rio Grande do Sul não entraram nos cálculos porque essa PAS analisa números até 2022. "O que aconteceu no Rio Grande do Sul agora em 2024 a gente ainda não consegue verificar nesta pesquisa porque a gente está trabalhando com dados até 2022. Só vai ter essa percepção do que ocorreu e da influência do que ocorreu na região sul por causa dos alagamentos, dentro do setor de serviços, na pesquisa com dados de 2024, daqui a dois anos", informou.

SERVIÇOS

Mercado abriu 188 mil vagas com carteira assinada no mês passado

Após a criação de 205.905 vagas em junho (dado revisado na quarta-feira), o mercado de trabalho formal registrou um saldo positivo de 188.021 carteiras assinadas em julho, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na quarta-feira, 28, pelo Ministério do Trabalho.

O resultado do sétimo mês de 2024 decorreu de 2.187.633 admissões e 1.999.612 demissões. O saldo é o melhor resultado para este mês desde 2022, considerando a série histórica do Novo Caged, iniciada em 2020 (sem ajustes). Em julho de 2023, houve abertura de 142.702 vagas com carteira assinada, na série ajustada.

O mercado financeiro esperava uma desaceleração no emprego no mês, comparado com o mês passado, e o resultado veio abaixo das estimativas de analistas. A mediana indicava a criação líquida de 190.250 vagas com carteira assinada e o intervalo das estimativas, todas positivas, variavam de 150 mil a 235 mil vagas.

A abertura líquida de 188.021 vagas de trabalho com carteira assinada em julho no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foi novamente puxada pelo desempenho do setor de serviços no mês, com a criação de 79.167 postos formais, seguido pela indústria, que abriu 49.471 vagas.

Já o comércio gerou 33.003 vagas em julho, enquanto houve um saldo de 19.694 contratações na construção. A agropecuária registrou abertura de 6.688 vagas no mês.

No sétimo mês do ano, 26 Unidades da Federação obtiveram resultado positivo no Caged. O melhor desempenho entre os Estados foi registrado em São Paulo, com a abertura de 61.847 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi no Espírito Santo, que registrou fechamento de 1.029 vagas em julho, impactado pela agropecuária, principalmente no cultivo do café.

O Rio Grande do Sul voltou a registrar saldo positivo (+6.690) em julho, após apresentar saldos negativos em maio (-21.993) e junho (-8.581) em função das fortes chuvas registradas no Estado.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada foi de R$ 2.161,37 em julho. Comparado ao mês anterior, houve aumento de R$ 23,01 no salário médio de admissão, uma elevação de 1,1%.

O ministro afirmou que o saldo positivo de empregos registrado no Rio Grande do Sul em julho foi uma surpresa muito positiva. Ele disse concordar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o desempenho do Estado gaúcho contribuirá no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano.

"Eu achava que isso (saldo positivo de empregos no RS) iria acontecer mais na passagem desse ano para o ano que vem, é uma surpresa muito positiva desse processo e Haddad pode ter razão. Isso acontece pelos investimentos no Rio Grande do Sul, mas também pelo resultado da economia como um todo. O Rio Grande do Sul não está isolado do mundo", comentou Marinho.

De acordo com os dados do Caged, o Rio Grande do Sul voltou a registrar saldo positivo (+6.690) em julho, após apresentar saldos negativos em maio (-21.993) e junho (-8.581) em função das fortes chuvas registradas no Estado.

"O Rio Grande do Sul teve dois meses de emprego negativo, menor do que a gente imaginava que fosse acontecer. (O número de julho) é resultado dos investimentos realizados com esforço do governo federal, recursos destinados ao processo de recuperação", avaliou Marinho.

O ministro reiterou que o governo tem um otimismo com o crescimento econômico do País. "Os especialistas aí que não tem tido muito otimismo com a economia brasileira", avaliou.

O ministro cobrou que o Banco Central passe a falar de controle de inflação por meio da ampliação da oferta, e não por restrição de demanda. Segundo ele, é uma "aberração econômica" tentar controlar a inflação apenas pelo aumento de juros.

"Eu quero lembrar que falar em aumento de juros no Brasil seria uma grande irresponsabilidade, já falei isso outros meses e quero reforçar com mais ênfase neste mês, considerando os indicadores e as sinalizações que a comunidade internacional vem mostrando em relação a esses indicadores", disse Marinho, em coletiva após divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes ao mês de julho.

Ele voltou a dizer que não se deve controlar a inflação só por meio da restrição de crédito e aumento de juros. A alta na Selic, de acordo com ele, inibe os investimentos necessários ao País. "É preciso estimular que atores privados façam investimento", reiterou.

REORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Kimberly-Clark pretende dobrar de tamanho no Brasil até 2028

A empresa estabeleceu como estratégia fortalecer sua atuação nas regiões Norte e Nordeste, acelerar as inovações e promover a transformação cultural na sua área comercial, com o aumento das vendas de produtos

Divulgação

Fábrica da Kimberly-Clark: a empresa vendeu suas operações brasileiras de tissue (papel que se transforma em papéis higiênicos, panos reutilizáveis, guardanapos e lenços faciais) para a Suzano por US$ 175 milhões

A Kimberly-Clark, multinacional norte-americana especializada em produtos de cuidado pessoal, anunciou na quarta-feira, 28, que planeja dobrar suas operações no Brasil até o final do biênio de 2027 e 2028. A decisão ocorre em meio a uma reorganização global de suas atividades, que abrangem 33 países, e após a empresa identificar o Brasil como um dos cinco mercados estratégicos para expandir seu portfólio, que inclui marcas renomadas como Huggies, de fraldas infantis, e Intimus, de absorventes.

O Brasil é o quarto maior mercado da Kimberly-Clark no mundo e foi apontado como estratégico para o futuro da multinacional em função da combinação de dois fatores. O primeiro diferencial consiste na vasta oferta de diferentes fibras de celulose, a principal matéria-prima consumida na produção da companhia. A segunda vantagem está no mercado interno, que tem perspectiva de crescimento do consumo de itens de cuidado pessoal no longo prazo.

Além do Brasil, os outros mercados estratégicos estão na China, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Indonésia. Globalmente, a reorganização da multinacional consiste na concentração de sua atuação em três grandes frentes. São elas o fortalecimento da inovação e a competitividade no mercado de cuidados pessoais, com foco em produtos para atender bebês, crianças, o público feminino e adultos, além da busca por melhorar a competitividade na linha de cuidado para a família, com produtos sensíveis como lenços e papéis higiênicos. A terceira frente consiste em fortalecer as operações na América do Norte, principal mercado da empresa.

Em 2023, a Kimberly-Clark vendeu suas operações brasileiras de tissue (papel que se transforma em papéis higiênicos, panos reutilizáveis, guardanapos e lenços faciais) para a Suzano por US$ 175 milhões, que se transformou na nova líder no segmento, com 24% de participação de mercado. Após o negócio, a multinacional concentrou suas operações no País em itens para cuidados pessoais, como fraldas e absorventes, o que consome a celulose fluff, produzida tradicionalmente por meio da extração de pinus.

Para dobrar de tamanho no Brasil, a Kimberly-Clark estabeleceu como estratégia avançar em três pilares, são eles o fortalecimento da atuação nas regiões Norte e Nordeste; a aceleração das inovações - que já se refletiu em investimentos 40% maiores em 2024 ante o ano anterior neste segmento - e promover a transformação cultural na sua área comercial, que pretende ampliar a venda de seus produtos utilizando as farmácias como canal de distribuição, com a frente já responsável por 40% do faturamento da companhia no País.

O presidente da Kimberly-Clark no Brasil, Cláudio Vilardo, disse que as regiões Norte e Nordeste são a grande oportunidade para a Kimberly-Clark no País, em função de fatores como o crescimento econômico das regiões e a taxa de natalidade 20% maior que a média do Brasil.

"Entendemos que a regionalização no Norte e Nordeste é extremamente importante para a nossa companhia. Temos uma fábrica e um centro de distribuição em Camaçari, na Bahia, e já investimos cerca de R$ 400 milhões dentro dessa região nos últimos 10 anos, que consistiram em projetos de infraestrutura, melhoria competitiva e projetos sociais", afirmou o executivo, mencionando que a capacidade produtiva no local já cresceu 40%.

No Brasil como um todo, a empresa já programou R$ 500 milhões em investimentos considerando os anos de 2023 e 2024. A empresa também pretende trazer ao País a marca Poise, que conta com cinco novos produtos voltados para o cuidado feminino, desde protetores a absorventes ideais para escapes, dos mais leves até os mais intensos.

Considerando as inovações no Brasil, a companhia aumentou em 40% o lançamento de produtos em 2024 na comparação com 2023. Vilardo também mencionou que a Kimberly-Clark pretende fortalecer a sua presença dentro do público adulto, que tem um ritmo de crescimento cada vez maior no País em função da transformação da pirâmide etária brasileira e tendência de envelhecimento.

INOVAÇÕES

BYD registra aumento de lucro e receita no semestre

A BYD, gigante montadora chinesa de veículos elétricos, anunciou um aumento no lucro líquido e na receita no primeiro semestre, devido às maiores vendas de veículos elétricos, apesar da desaceleração da demanda. Os resultados do relatório publicado na quarta-feira, no entanto, ficaram abaixo das projeções de analistas.

A BYD disse que o lucro líquido no primeiro semestre de 2024 foi de 13,63 bilhões de yuans, um aumento de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O consenso da Visible Alpha apontava lucro de 15,35 bilhões de yuans. A receita da empresa chinesa aumentou 16%, registrando 301,13 bilhões de yuans, também aquém da expectativa da Visible Alpha, que previa 331,03 bilhões de yuans.

A BYD informou que a margem de lucro bruto aumentou de 18,3% para 20,0% e disse que acelerará a fabricação local de veículos, depois que a União Europeia impôs tarifas adicionais sobre veículos elétricos fabricados na China neste mês.

Recentemente, a BYD lançou seu SUV totalmente elétrico, BYD YUAN UP, no mercado colombiano. O evento foi destacado por uma apresentação ao vivo do Blue Man Group, comemorando a estreia de BYD YUAN UP. O evento atraiu cerca de 300 convidados, que deram críticas elogiosas ao veículo.

A BYD YUAN UP apresenta uma versão atualizada do icônico design "Dragon Face" da BYD, caracterizado por linhas mais limpas e uma paleta de cores refrescante que dá vida e vigor ao modelo. Este novo design pretende cativar a geração jovem na Colômbia, estabelecendo o BYD YUAN UP como sua melhor escolha para um veículo elétrico. O SUV é construído na plataforma eletrônica 3.0 da BYD com tecnologia de bateria CTB integrada, melhorando significativamente a segurança e a eficiência do veículo. O BYD YUAN UP possui um interior espaçoso líder de classe e uma autonomia elétrica robusta de até 380 km (NEDC).

Wang Zhiwei, gerente de vendas para o mercado colombiano da BYD Automotive, comentou que, na BYD, o compromisso com a tecnologia pioneira está na vanguarda do avanço do setor de veículos de nova energia da Colômbia. "BYD YUAN UP combina design elegante com o que há de mais moderno em tecnologia e sustentabilidade ambiental, tornando-o a escolha ideal para consumidores mais jovens com consciência ecológica. Representa um passo significativo em direção a um futuro mais verde para a Colômbia."

Desde 2020, a BYD tem colaborado com o distribuidor local Motorysa para levar seus novos veículos energéticos aos consumidores colombia-

AÇÃO SALTA

Hyundai prevê avanços no setor de veículos híbridos

A Hyundai Motor anunciou uma nova estratégia que prevê avanços no segmento de veículos híbridos chamada "Hyundai Way". A mudança visa vender dois milhões de veículos elétricos globalmente até 2030, planeja introduzir na América do Norte e na China um novo tipo de carro elétrico com alcance de mais de 900 km com uma única carga, e aumentar as opções de modelos híbridos.

A gigante montadora sul-coreana também prevê uma venda geral de veículos alcançando mais de cinco milhões no período, um aumento de 30% em relação a 2023.

O presidente e CEO da Hyundai, Jaehoon Chang, afirmou que a "Hyundai Way" deve cooperar para a marca responder ao mercado com agilidade. "Isso garantirá uma liderança sustentável em um ambiente de mercado incerto e posicionará estrategicamente a empresa para criar um futuro centrado em mobilidade e energia", disse.

Na quarta-feira, as ações da Hyundai em Seul fecharam em alta de 4,65%.

No evento, a empresa revelou o seu compromisso em melhorar a competitividade dos seus veículos eléctricos (EV) e híbridos, avançando nas suas tecnologias de baterias e veículos autónomos e expandindo a sua visão como mobilizador de energia, respondendo ao ambiente do mercado de forma flexível com as suas capacidades dinâmicas.

"Sob o Hyundai Way, responderemos ao mercado com agilidade graças ao sistema de resposta flexível exclusivo da Hyundai. Isto garantirá uma liderança sustentável num ambiente de mercado incerto e posicionará estrategicamente a empresa para criar um futuro centrado na mobilidade e na energia", afirmou Jaehoon Chang.

Segundo ele, a Hyundai fortalecerá a sua posição como um divisor de águas, expandindo-se além da fabricação de veículos para diversas formas de mobilidade. "Ao reforçar o papel dos operadores empresariais de energia e concretizar uma sociedade do hidrogénio, pretendemos transformar-nos numa empresa que possa manter a liderança global de alto nível na era da transição energética."

Em 2024, a Hyundai Motor garantiu a sua rentabilidade e competitividade de EV no mercado. Estas conquistas foram reconhecidas pelas agências de classificação de crédito globais, uma vez que a empresa obteve uma classificação de crédito "A-grade" das principais agências de classificação de crédito globais. Além disso, com um volume anual de vendas globais de 4,21 milhões de unidades em 2023, a Hyundai Motor ajudou o Hyundai Motor Group a tornar-se um dos três maiores fabricantes de automóveis a nível mundial.

OBSTRUÇÃO

Primeiro manifestante que invadiu Capitólio é condenado

Timothy J. Kelly, do Tribunal Distrital dos EUA em Washington, sentenciou Sparks a 53 meses de prisão e ordenou que ele pague uma multa de US$ 2 mil , cerca de R$ 11 mil

Michael Sparks, de 47 anos, o primeiro manifestante a invadir o Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, foi condenado na terça-feira, 27, a mais de quatro anos de prisão.

Em março, um júri federal considerou Sparks culpado de acusações criminais de obstrução de um processo oficial e de desordem civil, além de várias acusações de contravenção por estar nas dependências do edifício do Capitólio em 6 de janeiro. Nesta terça, o juiz Timothy J. Kelly, do Tribunal Distrital dos EUA em Washington, o sentenciou a 53 meses de prisão e ordenou que ele pague uma multa de US$ 2 mil (cerca de R$ 11 mil). As informações são da BBC.

O ataque ao Capitólio ocorreu quando partidários do então presidente Donald Trump protestavam contra o resultado da eleição presidencial e invadiram o local na tentativa de impedir a certificação oficial do resultado, que apontou o atual presidente, Joe Biden, como o vencedor.

Na audiência de sentença, Sparks disse ao juiz que ainda acredita em falsas teorias de que a eleição de 2020 foi roubada de Donald Trump. "Sou um cidadão americano que acredita até hoje que estamos em tirania", disse ele, de acordo com relatos da mídia dos EUA. "Estou arrependido porque o que aconteceu naquele dia não ajudou ninguém. Estou arrependido porque nosso país está no estado em que está", completou. Segundo o The New York Times, Sparks ficará em liberdade supervisionada por três anos após o fim de sua pena de prisão.

De acordo com a BBC, uma acusação de obstrução de um processo oficial contra Sparks foi retirada após uma decisão da Suprema Corte que limitou o uso da lei contra manifestantes do Capitólio Mas, em outras acusações, o juiz Timothy J. Kelly deu a Sparks uma sentença mais severa do que as diretrizes sugeriam - menos de dois anos - dizendo que Sparks não percebeu totalmente o impacto de suas ações. "Eu realmente não acho que você tenha compreendido a gravidade total do que aconteceu naquele dia e, francamente, a seriedade total do que você fez", disse o juiz a ele.

Sparks, usando um colete à prova de balas, entrou no Capitólio por uma janela quebrada e pulou no chão pouco depois das 14h00, do horário local, em 6 de janeiro, depois que Donald Trump discursou para uma multidão próxima em Washington. Um policial do Capitólio dos EUA testemunhou no julgamento que viu Sparks entrar no prédio, mas optou por não sacar sua arma e atirar. Um vídeo mostrou que Sparks se juntou a um grupo que perseguiu um policial do Capitólio escada acima e gritou "Esta é a nossa América!", deixando o prédio cerca de 10 minutos depois. Ele foi preso algumas semanas depois do tumulto.

A BBC afirma que os advogados de Sparks pediram um ano de prisão domiciliar e argumentaram que ele, apesar de ter entrado primeiro no Capitólio, não era um líder do movimento, mas sim foi envolvido pelos acontecimentos. Os promotores, no entanto, pediram uma sentença de 57 meses de prisão.

"Pode-se dizer que Sparks ajudou a atear fogo naquele dia, usando sua preparação e planejamento - incluindo seu colete à prova de balas - para se proteger dos policiais que tentavam conter a multidão", escreveu a equipe de promotoria em um memorando pré-sentença.

A investigação sobre a invasão do Capitólio continua enquanto as autoridades prendem e processam mais participantes, aponta a BBC Quase 1.500 pessoas foram acusadas em conexão com o tumulto. Quase 900 se declararam culpadas de vários crimes e mais de 180 foram condenadas em julgamento, de acordo com os últimos números do departamento de justiça dos EUA divulgados no início deste mês.

Reuters

Sparks foi condenado por obstrução de um processo oficial e de desordem civil

DIVERGÊNCIAS

Eleições EUA: 238 republicanos assinam carta em apoio a Kamala

Mais de 200 funcionários de quatro candidatos presidenciais republicanos anteriores endossaram a candidatura da democrata Kamala Harris à presidência dos Estados Unidos, alertando que a ideia de um segundo mandato para o candidato republicano Donald Trump é "simplesmente insustentável" e "prejudicará pessoas reais e comuns".

Em uma carta aberta, divulgada pela primeira vez nesta semana pelo USA Today, 238 pessoas que trabalharam para o ex-presidente George H.W. Bush, o ex-presidente George W. Bush, o ex-senador do Arizona John McCain e o senador do Utah Mitt Romney convocam seus colegas "republicanos moderados e independentes conservadores" para se juntarem a eles no apoio a Harris e seu companheiro de chapa, o governador de Minnesota Tim Walz, em vez de Trump e sua escolha para vice-presidente, o senador JD Vance, de Ohio.

"É claro que temos muitas divergências ideológicas honestas com a vice-presidente Harris e o governador Walz", escreveram os republicanos, observando a importância de alguns Estados de batalha que se mostraram cruciais para a pequena margem de vitória do democrata Joe Biden em 2020. "Isso era de se esperar. A alternativa, no entanto, é simplesmente insustentável."

Os signatários incluem Reed Galen, que atuou nas campanhas de George W. Bush e McCain e que cofundou o grupo anti-Trump The Lincoln Project, e Olivia Troye, ex-funcionária de George W. Bush e conselheira de segurança interna do vice-presidente de Trump, Mike Pence. A gama de empregos representados abrange desde chefe de gabinete até estagiário.

"Mais quatro anos de liderança caótica de Donald Trump", alertam os signatários, "desta vez focados em promover os objetivos perigosos do Projeto 2025, prejudicarão pessoas reais e comuns e enfraquecerão nossas instituições sagradas." A carta continua alertando que "movimentos amplos e democráticos serão irreparavelmente comprometidos enquanto Trump e seu ajudante JD Vance se curvam a ditadores como Vladimir Putin enquanto viram as costas para nossos aliados".

Em uma declaração, o porta-voz da campanha de Trump, Steven Cheung, chamou a carta de "hilária porque ninguém sabe quem são essas pessoas". "Eles preferem ver o país queimar do que ver o presidente Trump retornar com sucesso à Casa Branca para tornar a América grande novamente", acrescentou Cheung.

Muitos dos mesmos signatários também emitiram uma carta em 2020 apoiando a candidatura de Biden em vez de Trump.

Atrair apoio do outro lado do corredor político se tornou uma tática para Trump e Harris à medida que o dia da eleição, 5 de novembro, se aproxima. Vários republicanos falaram a favor de Harris na Convenção Nacional Democrata da semana passada em Chicago.

RESTAURAÇÃO

Menino quebra vaso raro de 3.500 anos no museu Hecht

Durante uma visita ao Museu Hecht, em Haifa, Israel, um menino de quatro anos acidentalmente quebrou um jarro de 3.500 anos. O artefato, datado da Idade do Bronze (entre 2.200 a.C. e 1500 a.C.), era considerado raro por sua condição intacta antes do incidente. O museu, localizado na Universidade de Haifa, é conhecido por sua coleção de itens de arqueologia e arte.

"(O vaso) é anterior aos dias do rei David e Salomão, é típico da região de Canaã e foi projetado para armazenar e transportar o consumo local, principalmente vinho e azeite", diz uma publicação da conta oficial do museu no Instagram.

Ainda segundo o museu, jarros semelhantes já foram encontrados em escavações arqueológicas, mas a maioria deles foram achados quebrados ou incompletos. O artefato quebrado acidentalmente pelo garoto estava em exposição e havia sido localizado intacto

O incidente ocorreu quando o menino, movido pela curiosidade, tocou o jarro, que estava exposto sem proteção de vidro perto da entrada do museu, segundo a BBC. O pai do menino, Alex, inicialmente chocado, relatou que seu filho apenas queria ver o que havia dentro do jarro. Após o ocorrido, o pai do menino conversou com um segurança do museu e a família foi convidada a retornar para um passeio organizado, diz a emissora.

Na publicação do Instagram, o museu diz que há casos em que os itens de exibição são intencionalmente danificados. "Esses casos são tratados muito seriamente, incluindo o envolvimento da polícia", diz o texto. O museu diz não considerar que esta foi a intenção da criança.

A exposição de objetos históricos sem barreiras físicas advém de uma visão do fundador do museu, Reuven Hecht. O museu afirma que ele colocava especial ênfase em tornar itens arqueológicos acessíveis ao público em geral, e, na medida do possível, sem divisões, mesmo que fossem apenas paredes de vidro. O uso de vidro para preservar obras é comum no mundo todo para evitar danos em obras raras.

Apesar do episódio no museu israelense, os gestores descartam instalar barreiras. "Existe um encanto especial experimentar um achado arqueológico sem barreiras e, apesar do raro caso como o jarro, o Museu Hecht vai continuar essa tradição", afirma.

TERMÔMETRO

Bolsas da Europa fecham sem sintonia à espera dos dados do balanço da Nvidia

As bolsas da Europa fecharam com desempenhos divergentes na quarta-feira, 28, em meio à expectativa nas mesas de operações globais pelo balanço da Nvidia. O mercado de Londres terminou perto da estabilidade, penalizado por mineradoras e empresas ligadas a commodities, diante da queda dos metais e petróleo. Frankfurt e Paris amealharam um leve ganho.

O índice FTSE 100, referência na Bolsa de Londres, caiu 0,02%, a 8.343,85 pontos. O CAC 40 avançou 0,16%, encerrando em 7.577,67 pontos, na mínima do dia. O índice DAX, referência em Frankfurt, terminou com variação positiva de 0,57%, a 18.789,00 pontos. As cotações são preliminares.

Com previsão para divulgação do balanço após o fechamento dos negócios à vista em Wall Street, o desempenho da Nvidia se tornou um importante termômetro sobre os produtos ligados à inteligência artificial.

Nesse ambiente, os papéis de tecnologia ficaram em destaque na Europa. Em Amsterdã, a empresa de chips ASML fechou em alta de 0,46%. A Infineon Technologies cedeu 0,72% e a STMicroelectronics recuou 1,44%.

Em Londres, as ações das mineradoras e empresas ligadas a commodities ficaram entre as principais perdas, diante da queda do petróleo e dos metais. A Antofagasta caiu 5,97% e a Anglo American, 1,93%. A Glencore recuou 1,45% e a Fresnillo, 1,44%. A Rio Tinto e a Shell computaram perdas de cerca de 1%.

Além dos números da Nvidia, operadores aguardam também dados de inflação nos próximos dias que ajudarão a balizar as apostas para a política do Banco Central Europeu (BCE). Em foco, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) da Alemanha será divulgado na quinta e o da zona do euro, na sexta-feira.

Nas demais praças da Europa, o Ibex 35, de Madri, terminou com variação de 0,05%, aos 11.332,00 pontos. O FTSE MIB, de Milão, terminou com ganho de 0,30%, aos 33.880,05 pontos. O PSI 20, de Lisboa, caiu 0,41%, aos 6.718,24 pontos, também na mínima da sessão. As cotações são preliminares.

As bolsas da Ásia fecharam sem direção única na quarta-feira, 28, em meio a uma série de balanços e notícias corporativas que pintou um quadro incerto na região. Os mercados globais, no geral, operam em compasso de espera pelos resultados da Nvidia, que serão divulgados após o fechamento dos negócios à vista em Wall Street.

As ações chinesas enfrentaram particular pressão nesta sessão. Em Hong Kong, o índice Hang Seng encerrou em baixa de 1,02%, a 17.692,45 pontos. Entre os destaques negativos, o papel da Nongfu Spring despencou 10,43%, após a empresa do setor de bebidas informar desaceleração no crescimento das vendas. Já Evergrande New Energy Vehicle caiu 3,51%, depois de projetar aumento do prejuízo nos próximos meses.

Por outro lado, ainda em Hong Kong, Xpeng subiu 2,15%, após a companhia lançar um novo modelo de veículo elétrico. JD.com ganhou 1,77%, na esteira de novo programa de recompra de ações.

Na China continental, o índice Xangai composto terminou o pregão em queda de 0,40%, a 2.837,43 pontos, mas o menos abrangente Shenzhen conseguiu computar avanço marginal de 0,01%, a 1.493,59 pontos.

Analistas do grupo financeira Daiwa, Patrick Pan e Yue Tan preveem que os mercados acionários chineses encontrarão ventos contrários ao longo dos próximos anos, independentemente de quem vencer as eleições americanas em novembro. A agenda do ex-presidente e candidato republicano Donald Trump deve ter efeito inflacionário e manter o Federal Reserve (Fed) restritivo por mais tempo, mas o impacto das medidas da postulante democrata, a vice-presidente Kamala Harris, também poderiam ter impacto incerto no médio prazo, de acordo com a análise.

Entre outras praças, o índice Kospi, de Seul, registrou leve alta de 0,02%, a 2.689,83 pontos. A ação da Hybe subiu 2,94%, após a renúncia do CEO de uma das gravadoras de K-pop da gigante do entretenimento sul-coreana, Min Hee-jin.

Em Tóquio, o índice Nikkei subiu 0,22%, a 38.371,76 pontos, enquanto o Taiex, de Taiwan, avançou 0,84%, a 22.370,66 pontos. Na Oceania, o S&P/ASX 200, de Sydney, ficou estável em 8.071,40 pontos.

Operadores hesitam em tomar posições mais convictas, antes dos números da Nvidia, que se tornou a principal referência do entusiasmo relativo ao desenvolvimento da inteligência artificial. "Assim, a empresa tem potencial para movimentar os mercados globais, apesar de estar programado para ser divulgado após o fechamento do mercado dos EUA", destaca o Danske Bank.

CASO MARIELLE

Conselho de Ética aprova a cassação do deputado Brazão

A cassação de Brazão foi defendida inclusive por parlamentares que votaram pela soltura do parlamentar, quando ele foi preso, em março deste ano, acusado de obstrução da Justiça

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (28), por 15 votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção, o parecer que pede a cassação do deputado federal Chiquinho Brazão (Sem Partido-RS), acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

O único voto contrário foi o do deputado federal Gutemberg Reis (MDB-RJ) e a abstenção foi do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA).

A defesa do deputado tem cinco dias úteis para recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Para que o parlamentar perca o mandato, o parecer ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Casa.

A colega de partido de Marielle, a deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP), chorou ao falar do assassinato da vereadora e destacou a expansão das milícias no Rio de Janeiro.

"Era uma parlamentar exemplar, que teve um legado fundamental para as mulheres brasileiras", afirmou, acrescentando que ela atuava "em defesa das pessoas mais vulneráveis, e que foi assassinada de forma brutal, junto com seu motorista, por um desses grupos perigosíssimos, criminosos, que atuam no Rio de Janeiro. E que só atuam, só têm força, porque têm relações profundas com autoridades políticas no nosso país, que estão nas câmaras municipais, estaduais, federais, estão no Tribunal de Contas, estão na Polícia e estão no Judiciário", desabafou.

A cassação de Chiquinho Brazão foi defendida inclusive por parlamentares que votaram pela soltura do parlamentar, quando ele foi preso, em março deste ano, acusado de obstrução da Justiça. O deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB) disse que votou pela sua soltura porque entendeu que a prisão foi ilegal.

"O Parlamento errou quando autorizou a prisão de forma ilegal. Mas agora o Parlamento está acertando, fazendo o seu papel e mostrando à sociedade brasileira que não compactuamos com qualquer tipo de conduta que quebre o decoro parlamentar", disse o parlamentar paraibano.

Também se manifestou o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) destacando que o Parlamento não pode fechar os olhos para o caminho que seguiu o estado do Rio de Janeiro.

"Exemplo típico para onde não devemos ir. É o conluio da atividade criminosa, da milícia e do tráfico com as autoridades constituídas, que se misturam nos seus interesses escusos, aqui expostos nessa representação apreciada neste colegiado", afirmou.

Bruno Spada - Câmara dos Deputados

Brazão falou por videoconferência ao Conselho e voltou a defender sua inocência

A relatora do caso, a deputada Jack Rocha (PT-ES), concluiu seu voto pedindo a cassação do mandato de Brazão, argumentando que a acusação é "verossímil e sustentada por evidências significativas". Segundo Rocha, o relatório da Polícia Federal mostra um "quadro perturbador de corrupção e crime organizado" nas supostas relações da família Brazão com grupos milicianos do Rio de Janeiro.

Usando o argumento da preservação da "honra coletiva" do Parlamento, a deputada apresentou seu parecer alegando que as acusações que pesam contra o deputado Brazão mancham a imagem do Legislativo.

"A percepção pública de que a Câmara dos Deputados abriga e protege indivíduos envolvidos em atos ilícitos compromete a legitimidade do parlamento e enfraquece a confiança dos cidadãos na capacidade da Casa de legislar com integridade", acrescentando que essa situação causa "irreparáveis danos à imagem da Câmara".

Antes da leitura do parecer, o parlamentar Chiquinho Brazão, atualmente preso, falou por videoconferência ao Conselho de Ética. Chiquinho voltou a defender sua inocência, destacando que tinha uma boa relação com Marielle e que não tem qualquer relação com a milícia do Rio de Janeiro.

"A vereadora Mariele era minha amiga, comprovadamente, nas filmagens. Não teria qualquer motivo para o crime porque nós sempre fomos parceiros e 90% da minha votação e da dela coincidem", disse, acrescentando que "se pegar as filmagens, como tem aí diversas, ela falando de mim, falando bem. Aliás, a Marielle saía do lugar dela e pedia às vezes uma bala, um chiclete para mim".

Brazão reforçou que, contra ele, só existe a delação premiada do policial Ronnie Lessa, preso por ter executado a vereadora e o motorista Anderson Gomes. Segundo Brazão, ele andava sozinho tanto em áreas controladas por milícias, quanto pelo tráfico de drogas. "Eu sou acusado de participação de milícia porque eu levo obras para as comunidades", afirmou.

Em março de 2018, a vereadora do PSOL Marielle Franco foi assassinada a tiros no centro do Rio de Janeiro, junto com seu motorista Anderson Gomes. Depois de diversas reviravoltas na investigação desse homicídio, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou uma denúncia contra os supostos mandantes.

Além do deputado Chiquinho Brazão, foram denunciados como mandates o irmão dele, Domingos Brazão, e o ex-chefe da Polícia Civil do estado, Rivaldo Barbosa.

MODERNIZAÇÃO

Mulher poderá se alistar ao exército

Mulheres que queiram se alistar no serviço militar poderão fazê-lo voluntariamente no ano em que completar 18 anos de idade. Decreto publicado na quarta-feira (28) no Diário Oficial da União autoriza a admissão, a partir do próximo ano, quando deverão ser estabelecidos os municípios onde haverá o alistamento feminino pelo plano geral de convocação.

De acordo com as diretrizes estabelecidas, a apresentação voluntária de mulheres poderá ser feita no período de janeiro a junho do ano em que elas alcançam a maioridade. Antes, só podiam ingressar nas Forças Armadas as profissionais admitidas nos cursos de formação de suboficiais e de oficiais.

Com a mudança, após o alistamento voluntário, elas passarão ainda pelas etapas de seleção, que incluem a inspeção de saúde e a incorporação, que começa com um ato oficial e termina com a conclusão de um curso de instrução para o exercício das funções gerais básicas.

A desistência do processo é admitida até o ato de incorporação. Após essa etapa, o serviço militar passa a ser de cumprimento obrigatório e a militar fica sujeita aos deveres e penalidades previstos na legislação, como aplicação de multas e retenção do certificado de serviço militar.

As selecionadas serão incorporadas de acordo com as necessidades das Forças Armadas e o período de serviço militar inicial, com duração de 12 meses, pode ser prorrogado de acordo com critérios definidos pelas Forças Armadas.

Assim como os homens convocados ou voluntários que se alistam, as mulheres não terão estabilidade no serviço militar e passarão a compor a reserva não remunerada das Forças Armadas após serem desligadas do serviço.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o alistamento militar voluntário de mulheres representa passo significativo das Forças Armadas para seu aprimoramento e modernização. Segundo ele, a medida "reforça a máxima de que o lugar da mulher é onde ela quiser".

A declaração foi feita na quarta-feira (28), em Brasília, durante cerimônia comemorativa dos 25 anos do Ministério da Defesa.

"Os anúncios aqui feitos demonstram os esforços das Forças Armadas para se modernizar e aprimorar. Cito como exemplo a abertura ainda maior para o ingresso de mulheres, reforçando a máxima de que o lugar da mulher é onde ela quiser. E sabemos que quanto mais diversa for uma situação, mais representativa ela será", explicou o presidente.

Ele destacou que a verdadeira missão da Forças Armadas é a de servir à nação brasileira; e de "garantir a ordem, não em nome de uma ideologia ou a serviço de pretensões políticas individuais. Mas em nome, acima de tudo, da sabedoria de um país e da proteção do povo brasileiro", acrescentou.

O presidente citou algumas frentes de ações das Forças Armadas visando tais objetivos. Entre elas, as voltadas à crise humanitária vivida pelo povo yanomami; ao enfrentamento do garimpo ilegal e dos crimes transfronteiriços e ambientais no país; as ações de auxílio à população do Rio Grande do Sul durante as recentes enchentes que assolaram o estado; o apoio logístico comunitário e a assistência básica de saúde a ribeirinhos e indígenas; e o combate a incêndios criminosos no estado de São Paulo.

O ministro da Defesa, José Múcio, citou a criação da carreira civil da Defesa no âmbito do ministério. "Com a criação da carreira, vamos profissionalizar ainda mais o nosso corpo técnico".

PREFEITURA

Quaest aponta empate triplo em SP

Pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira, 27, sobre a intenção de voto à Prefeitura de São Paulo aponta para um empate triplo entre o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e o empresário e influenciador Pablo Marçal (PRTB).

Guilherme Boulos lidera, com 22% de menções no cenário estimulado. Marçal está empatado numericamente com Nunes, ambos com 19%. Como a margem de erro é de três pontos porcentuais, os três estão em empate técnico.

Em seguida, o apresentador de TV José Luiz Datena, do PSDB, tem 12%. A deputada federal Tabata Amaral (PSB) figura com 8%. A economista Marina Helena (Novo) tem 3% e Bebeto Haddad, do DC, 2%. Os candidatos Ricardo Senese (UP), João Pimenta (PCO) e Altino (PSTU) não pontuaram. São 8% os indecisos e 7% votam branco, nulo ou não querem ir votar.

O instituto Quaest entrevistou 1.200 paulistanos de 16 anos ou mais, de forma presencial, entre os dias 25 e 27 de agosto. A margem de erro é de três pontos porcentuais e o índice de confiança é de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-08379/2024.

Esta é a primeira pesquisa Quaest a medir as intenções de voto do eleitor paulistano após o registro das candidaturas. O levantamento anterior da empresa foi divulgado em 30 de julho e apontava, no principal cenário estimulado, para um empate triplo entre Nunes, com 20% de menções, Datena e Boulos, com 19% cada.

Marçal aparecia na sequência, com 12%, seguido por Tabata, com 5%, e Marina Helena, com 3%. Esse cenário estimulado contava com a presença do deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil), com 3% de menções, mas o parlamentar não seguiu na disputa. Como os cenários estimulados entre as duas pesquisas são diferentes, os números não são comparáveis entre si.

Apesar das críticas vindas de apoiadores, a campanha de Guilherme Boulos (PSOL) pretende manter a estratégia adotada até agora de trabalhar uma postura mais "light" do candidato apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Prefeitura de São Paulo. A intenção é manter os discursos focados na apresentação de propostas para a cidade.

IMPUNIDADE

Lessa afirma que a mente de Rivaldo é para o mal

O ex-policial militar Ronnie Lessa disse na quarta-feira (28) que sentiu náusea ao ver o ex-chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa abraçando a mãe da vereadora Marielle Franco após o crime.

Réu confesso do assassinato e delator na investigação, Lessa prestou depoimento virtual pelo segundo dia consecutivo na ação penal aberta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir se Rivaldo, os irmãos Brazão e outros acusados serão condenados por atuarem como mandantes do crime.

Ronnie Lessa disse que ficou com náusea ao tomar conhecimento do encontro entre Rivaldo Barbosa e os familiares de Marielle, em abril de 2018, um mês após o assassinato. Na ocasião, o ex-delegado abraçou Marinete, mãe de Marielle, e prometeu solucionar o crime.

"Eu sou réu confesso, eu atirei na Marielle. Eu vi o Rivaldo abraçando a mãe da Marielle. Aquilo causou náusea em quem atirou. O sujeito deve ser estudado. A mente dele é para o mal", afirmou.

Ao comentar sobre a corrupção para barrar investigações na delegacia de homicídios do Rio, Lessa disse que Rivaldo tinha influência sobre as investigações do assassinato e era conhecido como "Topa", em alusão à expressão "Topa Tudo por Dinheiro".

No processo, são réus o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Domingos Brazão, o irmão dele, Chiquinho Brazão, deputado federal (Sem Partido-RJ), o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa e o major da Polícia Militar Ronald Paulo de Alves Pereira. Todos respondem pelos crimes de homicídio e organização criminosa e estão presos.

Ronnie Lessa está preso na penitenciária do Tremembé, em São Paulo, e prestou depoimento por videoconferência ao juiz auxiliar do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator do processo. Ele foi arrolado pela acusação, que é feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Cerca de 70 testemunhas devem depor na ação penal. Os depoimentos dos réus serão realizados somente fim do processo.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou um pedido do PSOL para abrir um processo de impeachment contra o conselheiro Domingos Brazão, do Tribunal de Contas do Estado Rio de Janeiro, denunciado como mandante do assassinado da vereadora Marielle Franco.

Por unanimidade, a Corte Especial indeferiu o pedido. O colegiado é composto pelos 15 ministros mais antigos do tribunal. O pedido foi analisado no STJ porque, como conselheiro do TCE, Domingos Brazão tem direito a foro no tribunal.

O ministro Raul Araújo, relator do caso, levou o processo direto para análise no colegiado, sem decisão monocrática.

O PSOL alegou que, além de responder na esfera criminal, Domingos Brazão deveria processado por crime de responsabilidade. Para o partido, se for confirmado que ele participou do assassinato, o conselheiro pode ser enquadrado por crime contra o livre exercício do poder legislativo, dos direitos políticos e contra a probidade na administração pública.

"O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Domingos Inácio Brazão deve ser responsabilizado por crime de responsabilidade", defendeu o partido.

PLATAFORMA

Chambriard afirma que Búzios deve se tornar o maior campo do Brasil

A presidente da Petrobras comentou que em alguns campos não será possível reduzir o nível de reinjeção do gás natural - como deseja o governo Lula - em função de certas barreiras na infraestrutura

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, apontou na quarta-feira, 28, que o campos de Búzios será o maior do país, podendo chegar a 1,5 milhão de barris por dia. Ela acrescentou que essa é sua expectativa - ainda não calculada pela área técnica da empresa.

No início do mês, Chambriard já havia apontado que a produção de 1 milhão de barris por dia deve ser ultrapassada no terceiro trimestre de 2025.

"Búzios vai ser disparado o maior campo do Brasil, e vamos ultrapassar 1 milhão de barris. E não está proibido pensar que o campo de Búzios no futuro pode chegar a 1,5 milhão", apontou ela, em conversa com jornalistas. "Estamos indo na direção da décima segunda plataforma para Búzios", disse.

Algumas plataformas não foram desenhadas para a exportação de gás para a costa, o que é "lastimável", na avaliação da CEO da companhia. "Alguns retrofits não serão possíveis. Algumas plataformas de Búzios não têm como rever essa questão. Seria uma obra além de caríssima, perigosíssima", acrescentou.

Para ela, será possível realizar o retrofit apenas quando houver garantia da viabilidade técnica e econômica. Magda Chambriard participou de evento realizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em parceria com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Itaipu Binacional.

O governo publicou na terça-feira o decreto que muda a regulação do mercado de gás natural, prevendo aumento da oferta. "O gás, enquanto matéria prima, pode chegar a ser 40% do preço de um produto acabado e precisa ir para o mercado a preços mais competitivos", afirmou Chambriard.

A presidente da Petrobras comentou ainda que em alguns campos não será possível reduzir o nível de reinjeção do gás natural - como quer o governo - em função de barreiras na infraestrutura. Parte das plataformas da companhia foram desenhadas em governos passados sem possibilidade de exportação de gás para a costa. Ela disse que esse ponto está sendo revisto, como uma "correção de rotas" da empresa.

O governo quer reduzir a reinjeção do gás natural extraído durante a exploração do petróleo e aumentar o escoamento do produto para o mercado brasileiro. Na ponta, aumentar a oferta e reduzir preços. "Em alguns campos não será possível, em outros sim. Com a Rota 3, por exemplo, vamos trazer gás para a costa e, por óbvio, vamos reduzir a reinjeção de gás. E não vamos reduzir a reinjeção de gás tanto quanto queríamos por essa questão de infraestrutura", declarou a presidente da companhia, em conversa com jornalistas.

Agência Petrobras

Chambriard: "estamos indo na direção da décima segunda plataforma para Búzios"

Essa "correção de rota", acrescentou Chambriard, será feita a partir de novas plataformas. "Nas que estão lá e estão sendo entregues não vai ser possível. Tanto é que o decreto diz que vamos fazer isso onde há viabilidade técnica", mencionou. "A reinjeção é um assunto delicado, porque evita a possibilidade de comercialização de uma quantidade muito grande de recursos", disse.

Lula fez na segunda-feira, 26, uma cobrança direta para a Petrobras, avisando que a empresa não pode "queimar gás". O presidente defendeu ainda que o gás tem de ser "instrumento da cesta básica" e disse que a população não consegue pagar R$ 140 pelo botijão em alguns Estados.

"Uma coisa que eu gostei demais do decreto foi endereçar algo que é muito caro para o mundo: nós não podemos ter um projeto de petróleo, com gás associado em alto mar, que não endereça a possibilidade de exportação de gás para a costa. Neste ponto o decreto está de parabéns", avaliou a presidente da Petrobras.

A Petrobras alcançou uma redução de aproximadamente 28,6% nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em suas atividades de exploração e produção (E&P) entre 2015 e 2023, segundo levantamento do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

Em 2015, a intensidade média de emissões de GEE por barril equivalente de petróleo produzido pela Petrobras foi de 19,9 quilos de gás carbônico equivalente (KgCO2e/boe). Em 2023, essa média foi reduzida para 14,2 KgCO2e/boe. De acordo com a Petrobras, a diminuição decorreu da modernização operacional e tecnológica que possibilitou a redução de queimas em flaring, venting, emissões fugitivas, entre outras.

O Ineep observou que a estatal tem outras estratégias para avançar na descarbonização das suas operações, como a implementação da captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS).

"Essa técnica separa o CO2 do gás natural e o reinjeta no reservatório. Tal prática, ao mesmo tempo que promove a descarbonização das atividades da empresa, contribui para a manutenção da pressão interna dos reservatórios, aumentando a produtividade", explicou o instituto em nota.

A Petrobras vem aumentando continuamente a reinjeção de CO2, atingindo a marca de 7,2 bilhões de m³ de CO2 reinjetados em 2023. Destes, cerca de 99% foram realizados nas operações do pré-sal da bacia de Santos. Adicionalmente, há projetos de CCUS em escalas menores na bacia de Campos e em atividades terrestres nas bacias do Solimões e do Recôncavo.

O Ineep ressaltou, no entanto, que a maior parte das emissões da Petrobras decorrem de atividades indiretas (90,5%), conhecidas como Escopo 3 na classificação das emissões de GEE, o que é difícil controlar sem políticas públicas específicas, já que depende de terceiros.

"O poder de atuação das empresas petrolíferas no Escopo 3 é limitado, devido à natureza abrangente e indireta das emissões associadas a essa categoria. Essa capacidade é condicionada a fatores político-econômicos e influenciada por diretrizes, regulações e incentivos à descarbonização e geração de energia limpa e renovável, mirando a transição energética. Portanto, a redução das emissões do Escopo 3 exige uma articulação complexa com outras políticas públicas", concluiu o estudo.

Conexão

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

ACRJ participa de celebração Brasil-China

Divulgação

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Josier Vilar, participou, no último dia 24, do evento em comemoração ao 15º Aniversário da Câmara de Comércio Zhejiang Brasil-China. A celebração contou com a cerimônia de posse da diretoria da Câmara e ressaltou os 50 Anos das Relações Diplomáticas entre a China e o Brasil. Na ocasião, diversos artistas chineses mostraram a riqueza da cultura chinesa e foi feita uma homenagem especial ao Brasil com uma apresentação de passistas. Participaram do evento, o presidente da Câmara de Comércio, Zheng Xia-Mao; a vice-presidente e secretária Geral da Câmara de Intercâmbio Cultural Brasil-China, Marcia Wu; o secretário Geral da Câmara de Comércio de Zhejiang Brasil-China, Chen ShiKai; a presidente do Conselho Empresarial de Relações Internacionais e Comércio Exterior da ACRJ, Michelle Fernandes; Luís Claudio Leão, do Instituto Coalizão Rio, além de membros do Conselho e outras autoridades brasileiras e chinesas.

Firjan debate melhorias em incentivos fiscais

A secretária interina de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do governo do estado, Fernanda Curdi, esteve na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) na terça-feira (27). Ela se reuniu com o presidente do Conselho de Assuntos Tributários, Marcelo Kaiuca, e com técnicos da federação para tratar sobre melhorias no processo de concessão de incentivos fiscais junto à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin).

Câmara Italiana convida para Vinitaly Experience 2025

A Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria convida interessados a participar da Vinitaly Experience 2025, uma iniciativa especial associada Merx Wine. Esta viagem oferece uma imersão completa na cultura, história e vinicultura italianas, explorando algumas das regiões mais icônicas da Itália. Os interessados devem contatar o e-mail assistenza@camaraitaliana.com.br para obter informações sobre valores e mais detalhes.

Evento na Fiesp discute uso da Inteligência Artificial em benefício da produtividade

Everton Amaro / Fiesp

Para debater as perspectivas e tendências da inteligência artificial, compartilhar as experiências e cases, conhecer as soluções disponíveis e mostrar a diversidade de suas aplicações nos negócios, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) promoveu na terça-feira (27) o Summit Inteligência Artificial. O evento reuniu especialistas e líderes de empresas, entre elas IBM, Google, Globo, Embraer, Positivo Tecnologia, Meta, Basf América do Sul, Mercedes Benz e Johnson & Johnson MedTech Brasil. O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, ressaltou a importância do tema que, segundo ele, muitas vezes, traz apreensão e rejeição.

Reta final de inscrições para o Startup Connected Economia Circular

O Startups Connected – Economia Circular BASF está com inscrições abertas para startups até 6 de setembro. Iniciativa de inovação aberta promovida pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo (AHK SP), o programa visa conectar a associada ao ecossistema de startups, para cocriar soluções inovadoras em economia circular, contando com a parceria do onono®, Centro de Experiências Científicas e Digitais da BASF. Poderão participar do programa startups que desenvolvam soluções inovadoras para a economia circular relacionadas às diversas áreas estratégicas da empresa, como agricultura, energia, plástico, nutrição e produtos farmacêuticos. O programa é voltado a três eixos temáticos: matérias-primas circulares, novos ciclos de materiais e novos modelos de negócios.

Especialistas debatem caminhos para cidades sustentáveis em webinário da FNP

A última edição da série de webinários "Tendências para as Cidades", promovida pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), abordou a descarbonização da mobilidade urbana, tema central para criar cidades sustentáveis e resilientes. O evento ocorreu na terça-feira (27), e apresentou especialistas na área com o objetivo de oferecer uma visão abrangente sobre as estratégias para reduzir as emissões de carbono no transporte urbano.

Absolar aponta prejuízos causados por cortes de geração de energia renovável

Divulgação

Os cortes na geração de energia renovável no Brasil resultaram em perdas que se aproximam de R$ 1 bilhão segundo levantamento feito pelas associações do setor. As empresas acumulam, somente no setor de energia solar, prejuízos de R$ 237 milhões, enquanto que no segmento de energia eólica as perdas ultrapassam R$ 700 milhões. Os cortes de geração por falta de demanda são decididos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O **presidente executivo da Absolar, Rodrigo Sauaia**, falou sobre o tema durante o Intersolar South America, em São Paulo, e disse que os cortes se devem principalmente à falta de capacidade de escoamento da energia para os centros consumidores.

BÝK PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 24.713.697/0001-06 - NIRE 33.3.0033666-4
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2024

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 15 de agosto de 2024, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, sito à Avenida Niemeyer nº 2, Salas 209 e 210 – Parte – Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22450-220. **PRESENÇA:** Presentes os acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Acionistas anexa (**Anexo I**). **CONVOCAÇÃO:** Editais de Convocação publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no "Diário Comercial" nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2024. **MESA:** Presidente: Bernardo Simões Birmann; Secretária: Daniela da Silva Boêta. **ORDEM DO DIA: EM AGO: a)** Examinar, discutir e aprovar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023, bem como destinação de resultados; **b)** Fixar os honorários globais anuais para os membros da diretoria; **c)** Eleição da Diretoria Executiva nos termos do Art. 9º do Estatuto Social; **EM AGE: A)** Examinar, discutir e aprovar a proposta de aumento de capital apresentada pela Administração, no valor de R$ 20.145.000,00 (vinte milhões e cento e quarenta e cinco mil reais), com a emissão de 210.606 (duzentos e dez mil seiscentos e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 48,18 (quarenta e oito reais e dezoito centavos), e 207.514 (duzentos e sete mil quinhentos e quatorze) preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 48,18 (quarenta e oito reais e dezoito centavos), a serem subscritas com o aproveitamento da seguinte parcela: **a.1)** R$ 20.145.000,00 (vinte milhões, cento e quarenta e cinco mil reais), provenientes da capitalização dos dividendos e juros sobre o capital próprio, após retenção de IRF, que os acionistas de detém de crédito perante a companhia, devidamente comprovados e avaliados por peritos, na forma prevista na legislação em vigor, oportunizando, assim, aos acionistas o exercício do direito de preferência no aumento de capital, nos termos do Art.171 da Lei 6404/76, a contar de 15 de agosto de 2024; bem como definir a destinação de eventuais sobras decorrentes do não exercício do Direito de Preferência pelos acionistas. **B)** Ratificar a aprovação celebração do contrato compra e venda, para a aquisição da aeronave de asa fixa PILATUS AIRCRAFT LTD, modelo PC-24, número de série 270, matrícula PS-AUG, ano de fabricação 2022 (usada), equipada com 02 (dois) motores Williams International, modelo FJ-44-4A-QPM, número de série 295331 e 295332 e seus componentes, partes, equipamentos, aviônicos, acessórios e instalações internas e externas que a compõem, em condição "As-Is, Where-Is", no valor de US$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), pela Cia; **DELIBERAÇÕES: EM AGO:** Após análise e discussão, observando as regras de votação previstas no Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deliberaram, por unanimidade, sem ressalvas ou restrições: **a)** Aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras"), devidamente publicadas em 08/07/2024 no Jornal Diário Comercial e na página do mesmo jornal na internet, por força dos artigos 289, e 176, §3º, da Lei nº 6.404/76 e, por consequência, aprovada também a Proposta da Administração desta Assembleia Geral, que refletiram a proposta preliminar de destinação do lucro líquido que a Companhia possuía na data das Demonstrações Financeiras; Dessa forma, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R$1.126.642,85 (um milhão, cento e vinte seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais, e oitenta e cinco centavos) que é apresentada formalmente aos acionistas presentes, conforme descriminado a seguir: **(i)** R$ 56.332,14 (cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e dois reais e quatorze centavos) destinado à constituição de reserva legal de lucros (5% do lucro líquido); **(ii)** R$ 267.577,68 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais, e sessenta e oito centavos) destinados à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios (15% do lucro após a constituição de reserva de lucros) observada a proporção de participação de cada acionista discriminada abaixo:

Sócios	Dividendos	JCP Líquido	Total a distribuir
CBC AMMO	251.656,81	18.658.454,69	18.910.111,50
Bernardo	6.502,14	515.253,36	521.755,50
Miriam	8.589,24	638.065,26	646.654,50
IMBEL	829,49	65.649,01	66.478,50
Total	**267.577,68**	**19.877.422,32**	**20.145.000,00**

b) Aprovada e mantida a ausência de remuneração da diretoria, nos termos da ata de constituição; **c)** Aprovada a reeleição dos Diretores Sr. **BERNARDO SIMÕES BIRMANN**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 011686423-2/DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 099.054.297-19, residente e domiciliado na Rua Almirante Guilhem, nº 421, Bloco II, apto. 705, Leblon, CEP 22430-210, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, que toma posse do cargo de Diretor Presidente da Diretoria Executiva da BÝK PARTICIPAÇÕES S.A., com mandato de 2 (dois) anos, e Sr. **LEO EDUARDO DA COSTA HIME**, brasileiro, casado, estatístico, portador da Carteira de Identidade nº 2.573.422, expedida pela IFP - RJ, inscrito no CPF sob o nº 244.761.457-87, residente e domiciliado na Rua Prudente de Morais, 791/501 – Ipanema – Rio de Janeiro., que toma posse do cargo de Diretor Sem Designação Específica da Diretoria Executiva da BÝK PARTICIPAÇÕES S.A., com mandato de 2 (dois) anos, ou até nova eleição, nos termos do art. 150,§4º, da Lei 6404/76 – termos de posse vide **anexos II e III**, e nos termos do Art. 9º do Estatuto Social. **EM AGE:** Após análise e discussão, observando as regras de votação previstas no Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deliberaram, por unanimidade, sem ressalvas ou restrições: A) Aprovada a proposta de aumento de capital apresentada pela Administração, no valor de R$ 20.145.000,00 (vinte milhões e cento e quarenta e cinco mil reais), com a emissão de 210.606 (duzentos e dez mil seiscentos e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 48,18 (quarenta e oito reais e dezoito centavos), e 207.514 (duzentos e sete mil quinhentos e quatorze) preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 48,18 (quarenta e oito reais e dezoito centavos), a serem subscritas com o aproveitamento da seguinte parcela: a.1) R$ 20.145.000,00 (vinte milhões, cento e quarenta e cinco mil reais), provenientes da capitalização dos dividendos e juros sobre o capital próprio, após retenção de IRF, que os acionistas de detém de crédito perante a companhia, devidamente comprovados e avaliados por peritos, na forma prevista na legislação em vigor, oportunizando, assim, aos acionistas o exercício do direito de preferência no aumento de capital, nos termos do Art.171 da Lei 6404/76, a contar de 15 de agosto de 2024; bem como definir a destinação de eventuais sobras decorrentes do não exercício do Direito de Preferência pelos acionistas. a.2) O preço de emissão proposto obedece ao disposto no art. 170, §1º e inciso II – valor do patrimônio líquido da ação da Lei 6404/76. A proposta se justifica pela necessidade/possibilidade de geração de caixa, na medida em que não ocorrerá o desembolso para pagamento de dividendos, cujos créditos serão utilizados no aumento, possibilitando a utilização do valor do aumento em oportunidades de investimentos futuros, e a possibilidade de expansão da capacidade realização de investimentos da Companhia, garantindo a perenidade e a sustentabilidade econômico-financeira de curto, médio e longo prazos, além da premissa e necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção dos negócios. Já a capitalização da reserva de aumento de capital constituída, decorre de obrigação legal e interesse social, nos termos do art. 200, IV da Lei 6404/76. a.3) Esgotado o prazo de exercício do direito de preferência oportunizado a todos os acionistas, o valor total do aumento de capital será igual à soma das propostas de aumento realizadas pela Diretoria; (i) da proposta da Diretoria composta pela da capitalização dos dividendos e juros sobre o capital próprio, após retenção de IRF; (ii) da quantia que vier a ser integralizada pelos detentores do direito de preferência referente a segunda proposta de aumento apresentada pela diretoria; a.4)Ficará assegurado aos acionistas da Companhia o exercício do direito de preferência, para exercê-lo proporcionalmente ao número de ações que possuírem; a.5) O direito de preferência poderá ser exercido com integralização à vista, no ato da subscrição, observado o prazo máximo de 30 dias, a contar da realização desta Assembleia Geral em 15/08/2024. Poderão exercer o direito de preferência para subscrição das ações do Aumento de Capital os acionistas inscritos no registro da Companhia no dia 15 de agosto de 2024. a.6) Os boletins de subscrição serão devidamente assinados, e o subscritor deverá indicar se, implementando-se a condição de utilização de créditos detidos contra a Cia. a.7) As ações não subscritas no prazo de 30 dias referido acima, constituir-se-ão sobras, serão canceladas, nos termos do art. 171, §8º da Lei 6.404/76. a.8) Às novas ações emitidas serão atribuídos os mesmos direitos conferidos às ações da Companhia atualmente existentes. As ações emitidas participarão, em igualdade de condições, de todos os benefícios, tendo direito integral a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data da respectiva homologação, parcial ou total, do Aumento de Capital. a.9) A diretoria da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos que se façam necessários à implementação do Aumento de Capital ora aprovado. a.10) Será realizada Assembleia Geral para ratificação/homologação dos aumentos de capital propostos, a fim de contabilizar as subscrições decorrentes do exercício do Direito de Preferência a ser exercido pelos acionistas, e realizar as assinaturas dos correspondentes boletins de subscrição, e consolidar o Estatuto Social da Cia. B) Aprovada e ratificada celebração do contrato compra e venda, para aquisição da aeronave de asa fixa PILATUS AIRCRAFT LTD, modelo PC-24, número de série 270, matrícula PS-AUG, ano de fabricação 2022 (usada), equipada com 02 (dois) motores Williams International, modelo FJ44-4A-QPM, número de série 295331 e 295332 e seus componentes, partes, equipamentos, aviônicos, acessórios e instalações internas e externas que a compõem, em condição "As-Is, Where-Is", no valor de US$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), pela Cia, datado de 25/07/2024; **ENCERRAMENTO:** Nada havendo mais nenhuma manifestação, dissidência e/ou protestos, e mais nada a tratar, encerraram-se os trabalhos dos quais se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e por todos os acionistas presentes. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2024. ASS: **Bernardo Simões BirmanN - Presidente da mesa**; **Daniela da Silva Boêta - Secretária**; Bernardo Simões Birmann Acionista; CBC Ammo LLC Acionista; **CERTIDÃO:** Eu, Daniela da Silva Boêta Secretária da Assembleia, certifico que a presente AGOE foi registrada na JUCERJA sob o nº 00006402782 em 19/08/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral da JUCERJA.

BÝK PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 24.713.697/0001-06 - NIRE 333.0033666-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas da **BÝK PARTICIPAÇÕES S.A.** convidados para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizará no dia 04 de setembro de 2024, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, sito à Avenida Niemeyer nº 2, Salas 209 e 210 – Parte – Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22450-220, a fim de deliberarem e discutirem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) a outorga de garantia fidejussória, pela Companhia, obrigando-se como avalista e devedora solidária junto à Urca Comercializadora de Gás Natural S.A. ("Urca Gás"), em garantia do pagamento das obrigações assumidas por esta no âmbito do "*Termo de Emissão de Nota Comercial Escritural*" ("Termo de Emissão de Notas Comerciais"), junto ao Banco Guanabara S.A. (CNPJ/MF sob n.º 31.880.826/0001-16) ("Banco Guanabara"), que figurará na qualidade de estruturador, registrador e agente de liquidação ("Aval BYK"), cujas características principais são: (a) valor do principal R$ 20.218.000,00 (vinte milhões e duzentos e dezoito mil reais); (b) forma e prazo de pagamento: 4 (quatro) parcelas, sendo os vencimentos em 27/09/2024, 28/10/2024; 28/11/2024 e 27/12/2024; (c) Agente Fiduciário: Oliveira Trust DTVM S.A. (CNPJ: 36.113.876/0001-91); (d) Central Depositária de Valores Mobiliários: Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. (CNPJ: 33.268.302/0001-02); (e) Valor Nominal Unitário: R$ 1.000,00 (mil reais); e (f) garantias: aval da Companhia, em conjunto com a OAK Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.531.607/0001-87 ("OAK" e, em conjunto com a "Companhia" em conjunto denominadas simplesmente "Avalistas") ("Emissão de Notas Comerciais"). (ii) a celebração, pela Companhia, do Termo de Emissão de Notas Comerciais, para outorga do Aval BYK; e (iii) autorização à administração da Companhia para praticar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização das deliberações desta reunião, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela administração da Companhia com relação a tais matérias. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024. Bernardo Simões Birmann - Diretor Presidente. Leo Eduardo Da Costa Hime - Diretor sem designação específica.

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS
CNPJ 04.992.714/0001-84 - NIRE 33.3.0026999-1

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2024. 1. Local e Hora: A reunião foi realizada por meio de conferência telefônica, às 15h, em conformidade com o artigo 12, § 4º, do Estatuto Social da Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS ("Companhia"). **2. Mesa:** Sr. Marcos Pinto Almeida, Presidente; e Sr. Fernando Ziziotti, Secretário. **3. Convocação e Presença:** A convocação da Reunião foi realizada na forma do Parágrafo 1º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. Presente a totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. **4. Deliberações:** Os membros participantes decidiram, por unanimidade de votos, conforme material de suporte enviado aos Conselheiros e arquivado na sede da Companhia: **(i) aprovar** as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, da minuta do relatório dos auditores independentes e do parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia; bem como **(ii) autorizar** a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. **5. Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **6. Conselheiros Presentes:** Marcos Pinto Almeida, Fernando Ziziotti, Luiz Serafim Spinola Santos, Jianyue Zhang, Paraskevas Fronimos, Marcos Mattar Mesquita, Bruno Henrique Lopez Lima,Wong Loon e Ronald José Paz Vargas. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024. **Marcos Pinto Almeida -** Presidente**; Fernando Ziziotti -** Secretário. JUCERJA nº 6416612 em 26/08/2024.

CCL ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL LTDA
CNPJ 38.185.027/0001-79 - NIRE 332.1106113-9

Ata de Reunião Extraordinária de Sócios Realizada em 15 de julho de 2024. Data, hora e local: em 15 de julho de 2024, às 10.00 horas, na sede social da Sociedade, reuniram-se os sócios administradores **RODRIGO FONSECA DA COSTA**, brasileiro, empresário, maior, portador da carteira de identidade nº 11.599.253-9, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF sob o nº 080.859.757-42 e **GABRIELA PETRILLO DA SILVA**, brasileira, fisioterapeuta, maior, portadora da carteira de identidade nº 1069854361, inscrita no CPF sob o nº 013.072.287-12, e os sócios cotistas **LUCAS PETRILLO DA COSTA**, brasileiro, estudante, menor impúbere, solteiro, portador da carteira de identidade nº 26.865.400-1, inscrito no CPF sob o nº 156.855.987-93, **CAIO PETRILLO DA COSTA**, brasileiro, estudante, menor impúbere, solteiro, portador da carteira de identidade nº 30.081.982-8, inscrito no CPF sob o nº 156.856.207-13, **CLARA PETRILLO DA COSTA**, brasileira, solteira, menor impúbere, portadora da carteira de identidade nº 33.514.183-4, inscrita no CPF sob o nº 205.030.077-81, todos representados pelos seus genitores, **RODRIGO FONSECA DA COSTA** e **GABRIELA PETRILLO DA SILVA**, todos residentes e domiciliados na Rua Escritor Elie Wiesel 315, casa 13, Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22790-672. **Convocação e Publicações:** dispensada a comprovação da publicação dos anúncios de que trata o parágrafo 3º do artigo 1.152 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro), nos termos do parágrafo 22 do artigo 1.072 da mesma Lei. **Ordem do dia:** deliberar sobre a redução do capital social com a devolução das cotas em relação ao valor do imóvel na proporção de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil cotas) para **RODRIGO FONSECA DA COSTA** e 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) cotas para **GABRIELA PETRILLO DA SILVA**, totalizando, assim, 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) cotas, logo, R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), tendo em vista que o bem apontado não teve a sua titularidade de fato transferida para Sociedade, caracterizando-se, portanto, um capital excessivo em relação ao objeto da Sociedade. **Deliberação Tomada por Unanimidade: Resgate de capital e redução do capital social** - Os sócios aprovam, por unanimidade, a redução de capital com o retorno das cotas na proporção de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) cotas para **RODRIGO FONSECA DA COSTA** e 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) cotas para **GABRIELA PETRILLO DA SILVA**, totalizando, assim, 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) cotas, logo, R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) pelos motivos expostos conforme determinado na Ordem do dia. **Lavratura e leitura da ata** - Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram declarados encerrados os trabalhos e esta ata foi lida, achada conforme, aprovada e pela presente assinada. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2024. Rodrigo Fonseca da Costa, Lucas Petrillo da Costa, Clara Petrillo da Costa, Gabriela Petrillo da Costa e Caio Petrillo da Costa.

CONCIERGE

PF descobre bancos digitais usados pelo PCC no crime

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã de quarta-feira, 28, a Operação Concierge para desarticular suposta atuação do crime organizado, o que inclui o Primeiro Comando da Capital (PCC), em crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro por meio de bancos digitais irregulares, fintechs, que se mantinham hospedados em instituições financeiras de grande porte autorizadas pelo Banco Central. A movimentação financeira gira em torno de R$ 7,5 bilhões, de acordo com a investigação.

É uma das mais importantes e pesadas ofensivas da PF no embate contra o PCC. O objetivo do superintendente da PF em São Paulo, delegado Rodrigo Sanfurgo, é sufocar as finanças do crime organizado.

De acordo com a PF, a organização criminosa, por meio de dois bancos digitais denominados fintechs, ofereciam abertamente, inclusive em sites, contas clandestinas, que permitiam transações financeiras dentro do sistema bancário oficial, de forma oculta, as quais foram utilizadas por facções criminosas, empresas com dívidas trabalhistas, tributárias, entre outros fins ilícitos.

Estão sendo cumpridos 10 mandados de prisão preventiva, 7 mandados de prisão temporária e 60 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 9ª Vara Federal em Campinas, nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Participam da operação 200 policiais federais.

A Justiça também determinou a suspensão das atividades de 194 empresas usadas pela organização criminosa para dissimular as transações, suspensão da inscrição de dois advogados junto à OAB (Um em Campinas e um em Sorocaba), suspensão do registro de contabilidade de 4 contadores (Dois em Campinas, um em São Paulo e um em Osasco), além do bloqueio de valor de R$ 850 milhões em contas associadas à organização criminosa.

A PF aponta ainda que as contas eram anunciadas como "contas garantidas porque eram 'invisíveis' ao sistema financeiro e blindadas contra ordens de bloqueio, penhora e rastreamento, funcionando por meio de contas bolsões, sem conexão entre remetentes e destinatários.

SINDICATO DOS OPERADORES E EMPREGADOS
EM EMPRESAS EXIBIDORAS CINEMATOGRÁFICAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SOCERJ

Situado na Avenida Presidente Vargas nº 633 sala 1.522, Parte - Centro - Rio de Janeiro CNPJ: 34.075.606/0001-08, vem convocar seus associados para Assembleia Geral Extraordinária na sede do sindicato, que será realizada no dia 26 de setembro de 2024, em primeira convocação às 10:00 hs e segunda convocação às 10:30 hs. Para discussão e aprovação da seguinte Ordem do Dia: Alteração de sede provisória para o endereço Rua Ana Neri, 670 sobrado - São Francisco Xavier. Rio de Janeiro 29 de agosto 2024. João Roberto Costa - Diretor Presidente.

ESTABELECIMENTOS JAMES FREDERICK CLARK (NITERÓI) S.A
CNPJ Nº 30.110.084/0001-87 - NIRE 33300148272
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa à Avenida Ernani do Amaral Peixoto 455, sala 507, Centro, Niterói, RJ os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. Niterói, 27 de agosto de 2024. A DIRETORIA.

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os associados da **ASSOCIAÇÃO ISRAELITA DE ENSINO E CULTURA**, mantenedora do "Colégio Israelita Brasileiro A. Liessin – Scholem Aleichem", convocados para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de setembro de 2024, na sede social, situada na Rua Sorocaba, n. 80/90 – Botafogo, Rio de Janeiro, às 19h em primeira convocação se estiverem presentes 2/3 (dois terços) dos associados, às 19h30 em segunda convocação desde que presentes 30 (trinta) associados, e às 20h em terceira e última convocação, com qualquer número de associados, para deliberar sobre os seguintes assuntos: 1. Prestação de contas e parecer do Conselho Fiscal sobre os exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2023; 2. Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Associação; 3. Eleição de 8 (oito) membros para o Conselho Deliberativo; 4. Eleição de 3 (três) membros efetivos para o Conselho Fiscal e 3 (três) membros suplentes; 5. Assuntos Gerais. **OBSERVAÇÕES:** A. O balanço se encontra disponível aos responsáveis financeiros pelos alunos, na Tesouraria do Colégio; B. Comparecer munido de documento original de identificação. O voto é pessoal, vedadas as procurações (art. 10 – Estatuto Social); C. Somente terão direito a voto os associados quites com as suas obrigações (art. 10 – Estatuto Social); D. Não poderá votar e/ou ser votado quem receber qualquer tipo de benefício financeiro da Associação (art. 5º - parágrafo único – Estatuto Social). E. Cada associado terá direito a 1 (um) voto independentemente do número de alunos sob sua responsabilidade (art. 10 – Estatuto Social); F. Para o preenchimento dos cargos (itens 2, 3 e 4 da pauta acima), os interessados devem se reunir em chapa completa (incluindo o Presidente, o Vice-Presidente, os 8 (oito) membros para o Conselho Deliberativo, os 3 (três) membros efetivos para o Conselho Fiscal e os 3 (três) membros suplentes) a ser registrada perante a Diretoria até o dia 20 de setembro de 2024 às 14h (art. 15 – Estatuto Social). **CLAUDIO OKSENBERG -** Diretor-Presidente. ASSOCIAÇÃO ISRAELITA DE ENSINO E CULTURA.

CONCESSÃO DE LICENÇA

OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – CNPJ 01.235.622/0001-61, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico / SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/18896.04, Licença Ambiental Municipal Prévia nº EIS-LMP-2024/00028 com validade de 28/08/2028 para Desenvolvimento de projeto de grupamento residencial misto na Av. das Américas, Lote a ser desmembrado do Lote 3 do PAL 30.022 – Barra da Tijuca /RJ.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7

Edital de Convocação. Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 06 de setembro de 2024. Ficam convocados os Srs. acionistas da **Grupo Salta Educação S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76 e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 06 de setembro de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP: 22.280-100, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) alteração do objeto social da Companhia, com a inclusão das seguintes atividades: 'Ensino Fundamental' e 'Ensino Médio'; e (ii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir o novo objeto social da Companhia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. Rio de Janeiro/RJ, 29 de agosto de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – CNPJ 01.235.622/0001-61, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico / SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/18896.04, Licença Ambiental Municipal de Instalação para execução de grupamento de uso misto (residencial e comercial) na Av. das Américas, nº 1.300 - Barra da Tijuca /RJ.

Naturgy

Comunica que, conforme previsto nos Contratos de Concessão assinados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, as tarifas de GLP terão atualização, com vigência a partir de 01/10/2024, conforme tabela abaixo:

Estrutura Tarifária de GLP		Vigência: 01/10/2024	
		CEG	CEG RIO
Consumidor	Faixa de Consumo	Tarifa Limite	Tarifa Limite
Residencial	faixa única - (R$/Kg)	18,4577	16,9046
Industrial	faixa única - (R$/Kg)	18,1074	16,6430

Nota: As tarifas acima contemplam os tributos incidentes.

COMPANHIA COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ: 33.396.391/0001-64
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas para participar da Assembléia Geral Extraordinária que se realizará na Rua Visconde de Pirajá, nº 152, 9º andar, Ipanema, nesta cidade, às 10:30h do dia 05/09/2024, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição da Nova Diretoria para o triênio de 2024/2027. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2024. Maria das Graças Sumaré - Diretora Presidente.

FONTES AGRO PECUÁRIA S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ/MF nº 42.465.500/0001-49 - NIRE 33.300.162.569

Assembleia Geral Ordinária - Convocação. Ficam convocados os acionistas da Fontes Agro Pecuária S.A. - EM LIQUIDAÇÃO, a se reunirem no dia 09/09/2023, às 11:00 horas, na sede social nessa cidade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar ciência acerca do estado da liquidação da Companhia, conforme Relatório de Apresentação dos Atos Praticados pela Liquidante (ii) exame das contas e operações da Liquidante, bem como das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023 e relatório de auditoria externa, publicados na Central de Balanços do SPED em 30/04/2024, errata de Nota Explicativa publicada em 16/06/2024 e parecer de Conselho Fiscal publicado no dia 12/07/2024 em atendimento a Lei, tudo disponibilizado por telegrama aos acionistas; (iii) ratificar a conveniência da liquidação parcial dos passivos da Cia a medida da realização de seus ativos; (iv) autorizar a liquidante a faturar a parcela final de seus honorários sobre a parte já recebida dos ativos alienados. Rio de Janeiro, 29/08/2024. A Liquidante, OnBehalf Auditores e Consultores Ltda.

EDITAL DE CITAÇÃO. Com o prazo de vinte dias. O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Silvia Regina Portes Criscuolo - Juiz Titular do Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de São João de Meriti, RJ, **FAZ SABER** aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Presidente Lincoln, 857 CEP: 25555-200 - Vilar dos Teles - São João de Meriti - RJ e-mail: sjm01vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários / Direito Civil, de nº 0006584-47.2022.8.19.0054, movida por BANCO ITAUCARD S A em face de **EDMILSON FIGUEIREDO DOS SANTOS endereço eletrônico juniinho.figueiredo@gmail.com, inscrito(a) no CPF sob nº 1 87. 2 07. 9 27- 00,** objetivando a citação do mesmo para responder oa termos da presente ação . Assim, pelo presente edital **CITA** o réu **EDMILSON FIGUEIREDO DOS SANTOS endereço eletrônico juniinho.figueiredo@gmail.com, inscrito(a) no CPF sob nº 187.207.927-00,** que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de São João de Meriti, 19 de dezembro de 2023. Eu, Beatriz Gonçalves de Oliveira Silva - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/25282, digitei. E eu, Thiago Maia da Costa - Chefe de Serventia - Matr. 01/33342, o subscrevo.

RUÍDOS

Aeronaves que fazem voos turísticos no RJ não sobrevoarão o Cristo

Nove empresas que fazem o serviço de voos panorâmicos no Rio de Janeiro não poderão sobrevoar perto do Cristo Redentor por pelo menos um ano. Na segunda-feira, 26, as operadoras que fazem o transporte aéreo turístico na capital fluminense assinaram, junto com o Ministério Público Federal, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assumindo o compromisso de seguir novas regras de voos. O objetivo da proposta é amenizar o ruído das aeronaves que vinham sendo alvo de queixas por parte de moradores. "O TAC tem como objetivo principal atenuar o ruído causado pelas aeronaves que realizam voos turísticos na cidade. Em virtude do acordo, as empresas comprometeram-se a adotar uma série de normas para minimizar o impacto sonoro nas áreas afetadas", informa o MPF.

Entre as medidas estabelecidas estão a manutenção de alturas mínimas de voo, distâncias específicas a serem respeitadas da orla e de monumentos, como o Cristo Redentor, além da obediência às rotas de voo predeterminadas.

O acordo foi celebrado no âmbito de um inquérito civil instaurado em abril de 2023. Desde então, a sociedade civil, o poder público e as operadoras dos serviços se reuniram em audiência pública e em outras reuniões, virtuais e presenciais, para viabilizar o acordo entre as partes.

Representantes do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), da Força Aérea Brasileira, e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) também participaram dos encontros.

Ficou decidido que o acordo terá vigência de um ano. Neste período será avaliada a eficácia das novas regras em relação a redução do ruído. Bairros do Joá, Jardim Botânico, Lagoa, Humaitá e Urca são os mais afetados por concentrarem a maioria dos sobrevoos e serão monitorados nesta nova proposta.

Entre alguns exemplos práticos, o TAC determina que as empresas mantenham a aeronave afastada do Cristo Redentor entre 600 metros e 800 metros, a partir das altitude de 2.000 pés (cerca de 610 metros); e as proíbem de realizar voos pairados sobre o Cristo e também sobre cabeça do Morro do Pão do Açúcar.

Takaoka Participações S.A.

CNPJ/MF nº 39.429.693/0001-78 - NIRE 35300557654

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Conselho de Administração da **Takaoka Participações S.A.** ("**Companhia**") vem, na forma prevista no artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/1976 ("**Lei das S.A.**"), bem como no Parágrafo 1º do Art. 9º do Estatuto Social da Companhia, convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, às 19:00 (dezenove) horas, do dia 04 do mês de setembro de 2024, em formato semipresencial, em videoconferência pelo link que será enviado oportunamente a todos os acionistas e na sede da Companhia, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, 1º Andar, Pinheiros, CEP 05423-911, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **(i)** a criação de classes distintas de ações preferenciais da Companhia, definindo os direitos que serão atribuídos a cada classe; **(ii)** o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão, subscrição e integralização das ações preferenciais da Companhia; e **(iii)** autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à efetivação das demais deliberações desta ata. São Paulo, 27 de agosto de 2024. **Elton Lúcio Silva de Souza -** Presidente do Conselho de Administração.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-DINIE

CNPJ/MF nº 41.544.698/0001-93 - NIRE: 35.300.571.100

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-DINIE

A **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-DINIE**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.544.698/0001-93 ("Emissora" ou "Companhia"), vem convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em 2 (duas) séries, para colocação privada, da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures", respectivamente, ou "Emissão"), nos termos do artigo 71 da lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), e da cláusula 4 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Companhia*" ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar em **12 de setembro de 2024, às 15h00**, via vídeo conferência através da plataforma "*Zoom*", conforme previsto no art. 127 e §2º do art. 124 da Lei das S/A, e na cláusula 4.1 da Escritura de Emissão ("Assembleia" ou "AGD"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Considerando que: (a) em razão do descumprimento da recomposição da Reserva de Pagamento, conforme previsão da cláusula 2.2. do Contrato Operacional pela Dinie, e dado o cenário atual de inadimplência das CCBs, a Emissão não possui recursos suficientes e necessários para adimplir com as despesas previstas nos documentos da Emissão; (b) os Debenturistas, seja diretamente ou através de seu grupo, também atuaram na Emissão como Agente de Cobrança e Agente de Cobrança Alternativo; e (c) é necessário um plano de ação para pagamento das obrigações da Emissão, sendo certo que sem um aporte pelos Debenturistas neste momento, não existem recursos para adimplemento, discutir e deliberar sobre: **(i)** ratificar a Aceleração Automática de Pagamentos, pelo descumprimento da Dinie dos termos do Acordo Operacional, conforme previsão do item xiii da cláusula 3.30.1, considerando que a Emissão já encontra em regime de caixa; **(ii)** Deliberar pela decretação do Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na cláusula 3.30.2.1. da Escritura de Emissão, tendo em vista o descumprimento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias, previstas nos documentos da Emissão, que não foram cumpridas no prazo de cura definido, conforme disposição do item (i) da cláusula 3.30.2. da Escritura de Emissão; e **(iii)** deliberar sobre um plano de ação, que inclui medidas como: **(a)** aporte de recursos pelos Debenturistas; **(b)** alienação total dos direitos creditórios a terceiros e, consequentemente, o resgate antecipado e encerramento das Debêntures ("Alienação"); **(c)** dação em pagamento ao Debenturista da Primeira Série, que estará obrigatoriamente condicionada à recomposição da Reserva de Pagamento, com fim ao resgate antecipado e encerramento das Debêntures ("Dação em Pagamento Condicionada"); ou **(d)** outra medida proposta pelos Debenturistas. **Informações Gerais:** (i) a AGD será realizada de modo exclusivamente digital, sendo admitida a participação e o voto durante a AGD somente por meio de sistema eletrônico. Ademais, a AGD será realizada por meio de videoconferência, via plataforma eletrônica Zoom, sendo a assinatura da ata realizada digitalmente: (ii) o debenturista que pretender participar da AGD, deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGD; (iii) de acordo com o item "(ii)" acima, os Debenturistas deverão encaminhar, à Emissora para os e-mails juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, cópia dos seguintes documentos: (1) quando pessoa física, documento de identidade; (2) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do debenturista; e (3) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais; (iv) após o horário de início da AGD, os Debenturistas que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGD, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. Os termos iniciados em maiúsculo possuem a respectiva definição prevista na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão. São Paulo, 28 de agosto de 2024. **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-DINIE**

Revee Partners Ltda.

CNPJ/ME nº 52.723.171/0001-42 - NIRE 35.262.509.350

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Revee Partners Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 52.723.171/0001-42, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.066/2.092, conjuntos 132, lado A, parte, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP nº 01.452-000, com seu contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 35.262.509.350 ("Sociedade"), convoca todos os sócios da "Sociedade", para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada às **9:30 horas, em primeira chamada, e às 10:00 horas, em segunda chamada, do dia 12 de setembro de 2024,** na sede da Sociedade, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.066/2.092, conjuntos 132, lado A, parte, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP nº 01.452-000, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a destinação do resultado do exercício, se houver. São Paulo, 22 de agosto de 2024. **Revee Partners Ltda. -** *Antonio José Santos Guimarães; Leonardo Falbo Donato.*

PSP Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.007.284/0001-40 - NIRE: 35.300.444.81-7

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Agosto de 2024

I. Data, Horário e Local: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2024, às 15:00 horas, na sede da **PSP Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 20º andar, conjuntos 203 e 204, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000. **II. Convocação e Presença:** Em conformidade com o dispositivo no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), foram dispensadas as formalidades de convocação em decorrência da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo com as assinaturas apostas no "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **III. Mesa:** Presidente: Ricardo Panzenboek Dellape Baptista; Secretário: Rodolpho Panzenboek Dellape Baptista. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) aprovar a redução de capital social da Companhia no valor de R$ 23.441.801,00 (vinte e três milhões e quatrocentos e quarenta e um mil e oitocentos e um reais), por ser considerado excessivo, nos termos do disposto no artigo 173 da Lei das S.A., e, consequentemente, o cancelamento de 23.441.801 (vinte e três milhões e quatrocentas e quarenta e uma mil e oitocentas e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; e (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **V. Deliberação:** As acionistas aprovaram a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido aprovadas, por unanimidade de votos, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as seguintes matérias: **(1) Aprovar a Redução do Capital Social da Companhia:** 1.1. As acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia dos atuais R$ 37.543.631,00 (trinta e sete milhões e quinhentos e quarenta e três mil e seiscentos e trinta e um reais) **para** R$ 14.101.830,00 (quatorze milhões e cento e um mil e oitocentos e trinta reais), sendo, portanto, uma redução efetiva de R$ 23.441.801,00 (vinte e três milhões e quatrocentos e quarenta e um mil e oitocentos e um reais), mediante cancelamento de 23.441.801 (vinte e três milhões e quatrocentas e quarenta e uma mil e oitocentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, de titularidade da acionista **Partage Empreendimentos e Participações S.A.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 20º andar, conjuntos 203 e 204, Jardim Paulistano, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01.452-000, inscrita no CNPJ sob nº 01.987.230/0001-59 ("Partage"), em decorrência do capital social ser considerado excessivo para o desenvolvimento das atividades da Companhia, nos termos do art. 173 da Lei das S.A. 1.2. Em consequência da redução do capital ora homologada, os acionistas deliberam, por unanimidade, que a sócia Partage, acima qualificada, fará jus à restituição do valor de R$ 23.441.801,00 (vinte e três milhões e quatrocentos e quarenta e um mil e oitocentos e um reais), em moeda corrente nacional e/ou bens imóveis, conforme disponibilidade da Companhia. 1.3. Diante da deliberação acima, os acionistas decidiram alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º** - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R$ 14.101.830,00 (quatorze milhões e cento e um mil e oitocentos e trinta reais), dividido em 14.101.830 (quatorze milhões e cento e uma mil e oitocentas e trinta) ações ordinárias, sendo todas nominativas e sem valor nominal."* 1.4. Ato contínuo, os acionistas autorizam os representantes legais da Companhia a tomarem todas as providências necessárias (i) à redução do capital social; e (ii) ao pagamento da restituição à acionista Partage, conforme estabelecido nos itens 1.1 e 1.2 acima. 1.5. O arquivamento da presente ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a redução do capital social observará o transcurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação e a inexistência de qualquer oposição à redução. A publicação da presente ata nas versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial será parte integrante da ata, conforme **Anexo II. (2) Consolidação do Estatuto Social:** 2.1. Diante das deliberações acima, os acionistas decidiram consolidar o Estatuto Social da Companhia na forma do **Anexo I. VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por todos os presentes. A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 26 de agosto de 2024. **Mesa: Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista -** Presidente; **Rodolpho Panzenboek Dellape Baptista** - Secretário. **Acionistas Presentes: Partage Empreendimentos e Participações S.A. -** Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista **-** Rodolpho Panzenboek Dellape Baptista; **Triage Empreendimentos e Participações S.A. -** Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista **-** Rodolpho Panzenboek Dellape Baptista.

Anguli Capital Securitização de Crédito S.A.

CNPJ/MF: 46.978.822/0001-42

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 31/07/2024

Aos 31/07/2024, às 15 h, na sede com a presença de todos os acionistas. Assumiu a Presidência desta Assembleia, o Sr. Diego Ferreira do Canto, que convidou a mim Rodrigo Domingos Ferreira para secretariar esta Assembleia, o qual aceitei. **Deliberações: 1.** Aprovar a alteração na redação da espécie das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Emissão Privada de Debêntures Simples e adicionar o termo "ao mês (a.m)" no percentual fixo na base de remuneração das séries 8ª a 14ª da 3ª Emissão Privada de Debêntures Simples; **2.** Aprovar os termos dos Aditamentos aos Instrumentos Particulares de Escrituras da 1ª, 2ª e 3ª Emissão Privada de Debêntures Simples. **Encerramento:** Nada mais. **JUCESP.** Certifico o registro sob o nº 295.967/24-9 em 22/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anemus Wind Holding S.A.

CNPJ/MF nº 38.482.780/0001-26 - NIRE 35.300.556.453

Edital de Primeira Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, sob Condição Resolutiva, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Série Única, da Anemus Wind Holding S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "**Debenturistas**") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em com garantia real, com garantia fidejussória, sob condição resolutiva, para distribuição pública, com esforços restritos, em série única, da Anemus Wind Holding S.A. ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Emissora**", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em com Garantia Real, com Garantia Fidejussória sob Condição Resolutiva, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Série Única, da Anemus Wind Holding S.A.", celebrado em 2 de julho de 2021, entre a Emissora, 2W Investments LLC ("**2W Investments**" e, em conjunto com os "**Acionistas Diretos**"), Anemus Wind 1 Participações S.A. ("**Anemus 1**"), Anemus Wind 2 Participações S.A. ("**Anemus 2**") e Anemus Wind 3 Participações S.A. ("**Anemus 3**", em conjunto com a Anemus 1 e a Anemus 2, "**Subsidiárias**", e as Subsidiárias, em conjunto com os Acionistas Diretos, "**Intervenientes Garantidores**"), 2W Ecobank S.A. ("**2W**" e, em conjunto com os Intervenientes Garantidores, "**Intervenientes**") e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditada ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, no dia 20 de setembro de 2024, às 15:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD Waivers**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD Waivers, através da plataforma "Zoom" nos termos do art. 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para analisar e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (a) O pedido prévio para a não decretação da Hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático, exclusivamente, ao item previsto na cláusula 5.2, (c), da Escritura de Emissão, no caso de a 2W e/ou Anemus Participações incorrem em qualquer das hipóteses ali previstas, inclusive em razão da interposição de medidas antecipatórias aos eventos ali descritos; e aos itens previstos na cláusula 5.2, (g) e (h) da Escritura de Emissão, se ocorrer alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das Subsidiárias para qualquer investidor que possua classificação de risco mínimo de "A" em escala local por Standard&Poor's, Fitch Ratings ou pela Moody's. Tal renúncia deverá ser válida a partir da data da presente Assembleia de aprovação da matéria, devendo vigorar enquanto perdurar a respectiva Carta de Fiança contratadas pela Emissora no âmbito do Contrato para Prestação de Fiança celebrado entre o Banco BTG Pactual S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("**Fiadores**") em 20 de julho de 2021, conforme alterado de tempos em tempos ("**Contrato de Fiança**"). Considerando que o Projeto entrou em operação comercial plena, com os 33 (trinta e três) aerogeradores, em maio de 2024, mas os Requisitos para Conclusão do Projeto, conforme previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Fiança celebrado entre os Fiadores, ainda não foram integralmente cumpridos, deste modo, caso a matéria da Ordem do Dia da AGD Waivers seja aprovada pelos Debenturistas e, cumulativamente, os Debenturistas também aprovem a matéria constante da Ordem do Dia da Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em segunda convocação, no dia 20 de setembro de 2024, às 14:00 horas, conforme respectivo Edital de Segunda Convocação a ser publicado nesta mesma data ("**AGD DFs**" e, em conjunto com a AGD Waivers, as "**AGDs Aprovadas**"), a Emissora compromete-se a (i) aditar o Contrato de Fiança e as respectivas Cartas de Fianças atualmente vigentes junto aos Fiadores ("**Aditamento**"), para permitir a prorrogação da vigência das Fianças até 20 de setembro de 2026, independentemente da Conclusão do Projeto até tal período ("**Prorrogação das Fianças**"), com a inclusão das seguintes condições adicionais na definição de "Conclusão do Projeto" prevista na cláusula 4.22.1 da Escritura de Emissão: (a) a 2W, ou, no caso de transferência do controle acionário da Emissora, a nova controladora da Emissora, deverá possuir classificação de risco ("rating") mínimo de "A" em escala local pela Standard&Poor's, Fitch Ratings ou pela Moody's; e (b) a Emissora deverá possuir geração líquida de energia que totalize valor superior a 587.936 MWh / 67,116 MW médios nos últimos 12 (doze) meses a ser validado pelo Engenheiro Independente. Nesse sentido, a Companhia compromete-se a aditar os Contratos de Prestação de Fiança junto aos Fiadores, e consequentemente, obter as respectivas Cartas de Fiança até (a) 15 de outubro de 2024, ou (b) em até 15 (quinze) dias corridos após a aprovação da constante da Ordem do Dia da AGD Waivers ora convocada ("**Data de Entrega das Fianças Prorrogadas**"), seja em primeira ou segunda convocação, o que ocorrer por último, sob pena de Vencimento Antecipado nos termos da Escritura. Adicionalmente, a Companhia fará um pagamento de uma remuneração extraordinária aos Debenturistas, correspondente a 1% (um por cento) do saldo devedor das Debêntures apurado na data de aprovação das matérias objeto das AGD Waivers, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Entrega das Fianças Prorrogadas. **Informações Gerais: 1.** Nos termos da Escritura de Emissão, a (i) instalação da AGD Waivers objeto deste Edital ocorrerá em primeira convocação pela presença de titulares que representem a metade mais 1 (uma), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), ou será instalada em segunda convocação, com qualquer quórum, conforme cláusula 9.3.1 da Escritura de Emissão; e (ii) as decisões da AGD Waivers objeto deste Edital estão sujeitas à aprovação por Debenturistas de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, conforme cláusula 9.4.3 da Escritura de Emissão. **2.** Os Debenturistas interessados em participar da AGD Waivers por meio da plataforma "Zoom" deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Emissora por meio do endereço eletrônico ri@2wecobank.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário através do endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br, com cópia para o endereço eletrônico ahg@vortx.com.br, impreterivelmente, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD Waivers, manifestando seu interesse em participar da AGD Waivers e solicitando o link de acesso ao sistema ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD Waivers, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, e (c) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD Waivers, conforme detalhado abaixo. **3.** Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD Waivers, por meio da plataforma "Zoom", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora no seu website http://ri.2wecobank.com.br/2w-energia/anemus-wind-holding-s-a/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@2wecobank.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br / ahg@vortx.com.br, impreterivelmente, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da realização da AGD Waivers, com o seguinte assunto "AGD - 1ª Emissão de Debêntures da Anemus". A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu procurador, conforme aplicável, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, o artigo 115 § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e outras hipóteses previstas em lei. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. **4.** Nos termos dos artigos 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD Waivers ou enviar instrução de voto os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário: **(i)** cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e **(ii)** caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD Waivers ou instrução de voto, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. **5.** O representante do Debenturista que for pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): **(a)** contrato ou estatuto social; e **(b)** ato societário atualizado de eleição do administrador que **(b.i)** comparecer à AGD Waivers como representante da pessoa jurídica, ou **(b.ii)** assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. **6.** Com relação aos Debenturistas que forem fundos de investimento, a representação destes na AGD Waivers caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar também a cópia do regulamento atualizado do fundo, devidamente registrado no órgão competente. **7.** Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. **8.** Os Debenturistas que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma prevista acima não estarão aptos a participar da AGD Waivers via sistema eletrônico de votação a distância. **9.** Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 01 (um) Dia Útil antes da AGD Waivers, as instruções para acesso à plataforma "Zoom". **10.** Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 01 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD Waivers, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@2wecobank.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD Waivers, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Emissora diretamente pelo e-mail ri@2wecobank.com.br e/ou pelo telefone 11.3957.9400, ou com o Agente Fiduciário, através do e-mail agentefiduciario@vortx.com.br / ahg@vortx.com.br. **11.** A administração da Emissora reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD Waivers, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. **12.** Na data da AGD Waivers, o link de acesso à plataforma "Zoom" estará disponível a partir de 60 (sessenta) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD Waivers, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD Waivers, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD Waivers, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD Waivers com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do início da AGD Waivers a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma "Zoom" para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD Waivers. **13.** Eventuais manifestações de voto na AGD Waivers deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD Waivers. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD Waivers, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD Waivers. **14.** A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora. **15.** Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o *link* para participação digital da AGD Waivers, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD Waivers através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD Waivers, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. **16.** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD Waivers, a Emissora poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a AGD Waivers se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da AGD Waivers. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (http://www.vortx.com.br), da Emissora (http://ri.2wecobank.com.br/2w-energia/anemus-wind-holding-s-a/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 28 de agosto de 2024. **Marcos Guedes Pereira -** Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores.

Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.

Companhia Aberta – CVM nº 2612-3 - NIRE 35.300.493.699 - CNPJ/ME n.º 12.104.241/0004-02

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2024

1. Data, Horário e Local. No dia 28 de agosto de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, em canal disponibilizado aos membros do Conselho de Administração da **ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.** ("Companhia"), com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 510, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença.** Convocação realizada nos termos do estatuto social da Companhia. Conselheiros presentes: Srs. Allen Mc Michael Gibson, Bruno Lemos Ferrari, Clarissa Maria de Cerqueira Mathias, David Castelblanco, Eric P. Winer, Flavia Maria Bittencourt, Jeffrey Bernstein e Marcelo Del Vigna. **3. Composição da Mesa.** Presidente: Sr. David Castelblanco; Secretária: Cinthia Maria Ambrogi. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) de acordo com o disposto no inciso (xiv) do artigo 18 do estatuto social da Companhia e no artigo 46, parágrafo **único**, da Lei n.º 14.195, de 26 **de** agosto **de** 2021, conforme alterada («Lei 14.195"), examinar, discutir e deliberar sobre a captação de recursos mediante a realização da quarta emissão, pela Companhia, de notas comerciais escriturais, em série única, no valor total de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) ("Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente) que serão objeto de colocação privada, a serem emitidas através do "*Termo da 4ª (Quarta) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.*» ("Termo de Emissão"), as quais serão subscritas e integralizadas por Banco Votorantim S.A. ("Titular de Notas Comerciais"); (ii) deliberar sobre a negociação e celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando, o Termo de Emissão, a ser celebrado entre a Companhia e o Titular das Notas Comerciais, e respectivos aditamentos; (iii) a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para contratar os prestadores de serviços para a Emissão, incluindo a instituição escrituradora das Notas Comerciais ("Escriturador"), o agente de registro das Notas Comerciais perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3") ("Agente de Registro"), os assessores legais, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; (iv) a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para praticar e assinar todos e quaisquer atos e documentos necessários e/ou convenientes à realização, formalização e/ou implementação das deliberações tomadas nesta reunião com relação à Emissão; e (v) a ratificação de todos e quaisquer atos praticados pela diretoria da Companhia, ou por seus procuradores, no âmbito da Emissão. **5. Deliberações.** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram: (i) a realização da emissão pela Companhia de 30.000 (trinta mil) Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na data de emissão (conforme constará prevista no Termo de Emissão) ("Data de Emissão"), perfazendo o montante total de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na Data de Emissão, com vencimento final no término do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, incidindo sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Notas Comerciais juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over* extra grupo", acrescida de *spread* ou sobretaxa de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, a ser calculada na forma do disposto no Termo de Emissão. As demais condições e características das Notas Comerciais serão detalhadas e reguladas no âmbito do Termo de Emissão; (ii) a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para negociar e celebrar todos e quaisquer atos e documentos necessários e/ou convenientes à realização, formalização e/ou implementação das deliberações tomadas nesta reunião com relação à Emissão, incluindo, mas não se limitando, o Termo de Emissão e seus respectivos aditamentos, bem como discutir, negociar e definir os termos e condições de todos e quaisquer instrumentos, contratos, declarações, requerimentos e/ou documentos pertinentes à realização da Emissão; (iii) a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para contratar os prestadores de serviços para a Emissão, incluindo o Escriturador, o Agente de Registro e os assessores legais, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; (iv) a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para praticar e assinar todos e quaisquer atos e documentos necessários e/ou convenientes à realização, formalização e/ou implementação das deliberações tomadas nesta reunião com relação à Emissão; e (v) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes e assinada. **Mesa**: David Castelblanco – Presidente; Cinthia Maria Ambrogi – Secretária. **Membros do Conselho de Administração da Companhia presentes**: Srs. Allen Mc Michael Gibson, Bruno Lemos Ferrari, Clarissa Maria de Cerqueira Mathias, David Castelblanco, Eric P. Winer, Flavia Maria Bittencourt, Jeffrey Bernstein e Marcelo Del Vigna. *Certifico a presente ser cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.*

Cinthia Maria Ambrogi - Secretária

Avacy Distribuidora e Comércio de Calçados Ltda.

CNPJ/MF nº 61.234.829/0001-43 - NIRE 35.2.0113649-9

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **Avacy Distribuidora e Comércio de Calçados Ltda.** ("Sociedade") para comparecerem em reunião de sócios, no dia 20 de setembro de 2024, às 10h, em primeira convocação, a qual será instalada com a presença de titulares de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social votante e, em segunda convocação, com a presença de titulares de qualquer participação do capital social votante da Sociedade, ambos na forma do artigo 1.074, *caput*, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, a qual será considerada como sendo feita na sede social da Sociedade, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes Cardim, nº 235/241, Brás, CEP 03.050-000. Reunir-se-ão os sócios da Sociedade para deliberar a respeito da seguinte matéria da ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as contas da administração e as demonstrações financeiras da Sociedade referentes aos exercícios sociais de 2020, 2021, 2022 e 2023, nos termos dos artigos 1.071, I, e 1.078, I, ambos do Código Civil. O link da videoconferência da reunião de sócios será disponibilizado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data marcada para sua realização. Caso assim desejarem, pedimos gentilmente aos sócios que enviem os seus respectivos endereços de e-mail atualizados para posterior envio deste Edital de Convocação e do link da videoconferência. A administração da Sociedade se mantém à disposição de todos os sócios para esclarecer eventuais dúvidas em relação à forma de participação digital da reunião de sócios. Por fim, os administradores informam que a reunião de sócios poderá ser gravada, por meio da plataforma de realização da reunião de sócios na modalidade digital.

São Paulo/SP, 26 de agosto de 2024

Maria da Conceição Lima Meyer - Administradora

Eduardo Meyer de Oliveira - Administrador

Anemus Wind Holding S.A.

CNPJ/MF nº 38.482.780/0001-26 - NIRE 35.300.556.453

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, sob Condição Resolutiva, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Série Única, da Anemus Wind Holding S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "**Debenturistas**") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em com garantia real, com garantia fidejussória, sob condição resolutiva, para distribuição pública, com esforços restritos, em série única, da Anemus Wind Holding S.A. ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Emissora**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em com Garantia Real, com Garantia Fidejussória sob Condição Resolutiva, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Série Única, da Anemus Wind Holding S.A.*", celebrado em 2 de julho de 2021, entre a Emissora, 2W Investments LLC ("**2W Investments**" e, em conjunto com os "**Acionistas Diretos**"), Anemus Wind 1 Participações S.A. ("**Anemus 1**"), Anemus Wind 2 Participações S.A. ("**Anemus 2**") e Anemus Wind 3 Participações S.A. ("**Anemus 3**", em conjunto com a Anemus 1 e a Anemus 2, "**Subsidiárias**", e as Subsidiárias, em conjunto com os Acionistas Diretos, "**Intervenientes Garantidores**"), 2W Ecobank S.A. ("**2W**" e, em conjunto com os Intervenientes Garantidores, "**Intervenientes**") e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditada ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em segunda convocação, no dia 20 de setembro de 2024, às 14:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD DFs**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD DFs, através da plataforma "*Zoom*" nos termos do art. 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para analisar e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (a) A não decretação da Hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na cláusula 5.2, itens (a) e (w), da Escritura de Emissão, instaurado em função do descumprimento de obrigação não pecuniária constante da cláusula 6.1, (a), itens (i) e (ii), da Escritura de Emissão, o qual prevê a obrigação de apresentação das demonstrações financeiras anuais (2023) devidamente auditadas da Emissora e da memória de cálculo, elaborada pela Emissora, com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo do ICSD e das cópias das informações financeiras trimestrais auditadas da Emissora relativas ao 1º trimestre de 2024 e ao 2º trimestre de 2024, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, no prazo constante dos artigos 132, I, e 133, II, da Lei das Sociedades por Ações ou em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro ("Não Entrega das Demonstrações Financeiras"). Em decorrência da Não Entrega das Demonstrações Financeiras, a Emissora consigna que estas deverão ser entregues até 15 de outubro de 2024. Considerando que o Projeto entrou em operação comercial plena, com os 33 (trinta e três) aerogeradores, em maio de 2024, mas os Requisitos para Conclusão do Projeto, conforme previstos na Escritura de Emissão e no Contrato para Prestação de Fiança celebrado entre o Banco BTG Pactual S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("**Fiadores**") em 20 de julho de 2021, conforme alterado de tempos em tempos ("**Contrato de Fiança**"), ainda não foram integralmente cumpridos, deste modo, caso a matéria da Ordem do Dia da ADG DFs seja aprovada pelos Debenturistas, **e** cumulativamente os Debenturistas também aprovem a matéria constante da Ordem do Dia da Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em primeira convocação, no dia 20 de setembro de 2024, às 15:00 horas, conforme respectivo Edital de Primeira Convocação a ser publicado em mesma data ("**AGD Waivers** e, em conjunto com a AGD DFs, as "**AGDs Aprovadas**"), a Emissora compromete-se a aditar o Contrato de Fiança e as respectivas Cartas de Fianças atualmente vigentes junto aos Fiadores ("**Aditamento**"), para permitir a prorrogação da vigência das Fianças até 20 de setembro de 2026, independentemente da Conclusão do Projeto até tal período ("**Prorrogação das Fianças**"), com a inclusão das seguintes condições adicionais na definição de "Conclusão do Projeto" prevista na cláusula 4.22.1 da Escritura de Emissão: (a) a 2W, ou, no caso de transferência do controle acionário da Emissora, a nova controladora da Emissora, deverá possuir classificação de risco ("*rating*") mínimo de "A" em escala local pela Standard&Poor's, Fitch Ratings ou pela Moody's; e (b) a Emissora deverá possuir geração líquida de energia que totalize valor superior a 587.936 MWh/ 67,116 MW médios nos últimos 12 (doze) meses a ser validado pelo Engenheiro Independente. Nesse sentido, a Companhia compromete-se a aditar os Contratos de Prestação de Fiança junto aos Fiadores, e consequentemente, obter as respectivas Cartas de Fiança até (a) 15 de outubro de 2024, ou (b) em até 15 (quinze) dias corridos após a aprovação da constante da Ordem do Dia da Assembleia da AGD Waivers ("**Data de Entrega das Fianças Prorrogadas**"), seja em primeira ou segunda convocação, o que ocorrer por último, sob pena de Vencimento Antecipado nos termos da Escritura. Adicionalmente, a Companhia fará um pagamento de uma remuneração extraordinária aos Debenturistas, correspondente a 1% (um por cento) do saldo devedor das Debêntures apurado na data de aprovação das matérias objeto da AGD Waivers, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Entrega das Fianças Prorrogadas. **Informações Gerais: 1.** Nos termos da Escritura de Emissão, a (i) instalação da AGD DFs objeto deste Edital ocorrerá em segunda convocação, considerando que não foi instalada em primeira convocação por ausência de debenturistas representando quórum mínimo para sua instalação, qual seja, presença de titulares que representem a metade mais 1 (uma), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão). Diante disso, será instalada em segunda convocação, com qualquer quórum, conforme cláusula 9.3.1 da Escritura de Emissão; e (ii) as decisões da AGD DFs objeto deste Edital estão sujeitas a aprovação por Debenturistas detentores da maioria absoluta das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, para a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, conforme cláusula 5.8 da Escritura de Emissão. **2.** Os Debenturistas interessados em participar da AGD DFs objeto deste Edital por meio da plataforma "*Zoom*" deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Emissora por meio do endereço eletrônico ri@2wecobank.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário através do endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br, com cópia para o endereço eletrônico ahg@vortx.com.br, impreterivelmente, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD DFs, manifestando seu interesse em participar da AGD DFs e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD DFs, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, e (c) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. **3.** Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD DFs, por meio da plataforma "*Zoom*", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora no seu *website* http://ri.2wecobank.com.br/2w-energia/anemus-wind-holding-s-a/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@2wecobank.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br/ahg@vortx.com.br, impreterivelmente, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da realização da AGD DFs, com o seguinte assunto "AGD DFs - 1ª Emissão de Debêntures da Anemus". A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu procurador, conforme aplicável, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, o artigo 115 § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e outras hipóteses previstas em lei. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. **4.** Nos termos dos artigos 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD DFs ou enviar instrução de voto os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário: **(i)** cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e **(ii)** caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD DFs ou instrução de voto, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. **5.** O representante do Debenturista que for pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): **(a)** contrato ou estatuto social; e **(b)** ato societário atualizado de eleição do administrador que **(b.i)** comparecer à AGD DFs como representante da pessoa jurídica, ou **(b.ii)** assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. **6.** Com relação aos Debenturistas que forem fundos de investimento, a representação destes na AGD DFs caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar também a cópia do regulamento atualizado do fundo, devidamente registrado no órgão competente. **7.** Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. **8.** Os Debenturistas que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma prevista acima não estarão aptos a participar da AGD DFs via sistema eletrônico de votação a distância. **9.** Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 01 (um) Dia Útil antes da AGD DFs, as instruções para acesso à plataforma "*Zoom*". **10.** Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 01 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD DFs, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@2wecobank.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD DFs, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Emissora diretamente pelo e-mail ri@2wecobank.com.br e/ou pelo telefone 11.3957.9400, ou com o Agente Fiduciário, através do e-mail agentefiduciario@vortx.com.br/ahg@vortx.com.br. **11.** A administração da Emissora reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD DFs, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. **12.** Na data da AGD DFs, o *link* de acesso à plataforma "*Zoom*" estará disponível a partir de 60 (sessenta) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD DFs, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD DFs, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD DFs, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD DFs com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do início da AGD DFs a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma "Zoom" para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD DFs. **13.** Eventuais manifestações de voto na AGD DFs deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD DFs. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD DFs, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD DFs. **14.** A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora. **15.** Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD DFs, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD DFs através de acesso ao *link* e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD DFs, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. **16.** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD DFs, a Emissora poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a AGD DFs se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da AGD DFs. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (http://www.vortx.com.br), da Emissora (http://ri.2wecobank.com.br/2w-energia/anemus-wind-holding-s-a/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 28 de agosto de 2024. **Marcos Guedes Pereira -** Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Anemus Wind Holding S.A.

CNPJ/MF nº 38.482.780/0001-26 - NIRE 3530055645-3

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Anemus Wind Holding S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, Torre A, 27º andar, Sala 2.704, Edifício Morumbi Golden Tower, Vila São Francisco (Zona Sul), CEP 04711-130, inscrita no CNPJ sob o nº 38.482.780/0001-26 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 21 de setembro de 2023, às 15h, na sede social da Companhia ("Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberar acerca da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Fixar a remuneração global e anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. **(b) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar o endereço da sede social da Companhia; **(ii)** Alterar o artigo 2º e consolidar o Estatuto Social da Companhia, com fins de refletir a deliberação do item (i), caso aprovada. **Instruções e Informações Gerais:** Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. Os acionistas ou procuradores devidamente constituídos deverão comparecer à Assembleia munidos dos seguintes documentos: (i) documento de identidade, (ii) comprovante de titularidade de ações, e (iii) quando aplicável, a documentação de comprovação de poderes de representação, outorgado nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto), no mínimo, do capital social com direito a voto da Companhia, com exceção dos itens "i" e "iv" da ordem do dia, que, nos termos do artigo 135 da Lei das S.A., dependerá do comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital social com direito a voto da Companhia. Caso não se atinja algum dos referidos quóruns de instalação para a deliberação das respectivas matérias acima, proceder-se-á à instalação da Assembleia apenas com relação às matérias para as quais se verificou o quórum de instalação e proceder-se-á a nova convocação, por meio da publicação de novo edital de convocação, para a matéria cujo quórum não tiver sido atingido, anunciando a nova data para realização da Assembleia para o referido tema em segunda convocação, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, sendo a Assembleia instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas.

São Paulo, 28 de agosto de 2024. **Adriano Chaves Jucá Rolim** - Membro do Conselho de Administração.

ABA Infra-Estrutura e Logística S/A

CNPJ/MF nº 55.395.883/0001-78 - NIRE 35.300.513.550

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15/07/2024

Aos 15/07/2024, às 9h, na sede social, com a totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidente: Luis Antonio Floriano; Secretário: Joacks de Paula Lemos. **Deliberações Unânimes:** A aprovação da participação da Cia. no Pregão Público Virtual ocorrido em 2ª praça no dia 07/03/2024, promovido pela 08ª Vara Cível do Foro da Comarca de Santos/SP, Processo nº 0002281-28.2019.8.26.0562, para aquisição, via arrematação, a unidade autônoma sob nº 510, localizada no 5º pavimento, do Subcondomínio Hotel, com entrada pelo nº 420 da Praça Lions Clube, do empreendimento denominado Condomínio Valongo Brasil, situado na Praça Lions Clube nº 420 e nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão cidade de Santos/SP, objeto da Matrícula nº 85.098 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santos/SP, ficando, portanto, ratificado todos os atos praticados para esse fim por seus Diretores ou Procuradores nomeados. Nada mais. Luis Antonio Floriano - Presidente da Assembleia; Joacks de Paula Lemos - Secretário da Assembleia. **JUCESP** nº 300.029/24-0 em 07/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO DE EXTRAVIO DE LIVROS SOCIETÁRIOS

HE 02 PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ/MF nº 05.872.768/0001-79, com sede em Avenida Vieira de Carvalho, nº 40, 10º andar, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o **NIRE nº 35300196775**, comunica ao mercado em geral, para todos os fins, que não foram localizados os seguintes livros: Livro de Registro de Ações Nominativas e Livro de Transferência de Ações Nominativas. A administração da Companhia irá providenciar a abertura e preenchimento de novas versões dos livros físicos supramencionados para o posterior registro e averbação na JUCESP. São Paulo, 27 de agosto de 2024. A Administração.

BW Properties S.A.

CNPJ/MF nº 13.498.088/0001-65 - NIRE 35.300.418.131

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária. A Diretoria da **BW Properties S.A**. ("Companhia") convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar em primeira convocação no dia 03 de setembro de 2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, localizada na capital do estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar - parte, Itaim Bibi - CEP: 04538-133, a fim de deliberar sobre as matérias contidas na ordem do dia abaixo. **(i) Ordem do dia:** 1. Deliberar sobre a distribuição de dividendos no montante de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), nos termos da Lei 6.404/1976; **(ii) Observações Gerais:** 2. Os documentos e propostas relativos aos itens da ordem do dia estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. 3. Observado o disposto no artigo 126 da Lei n.º 6.404/1976, solicita-se aos acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega na sede da Companhia de mandato e de cópia autenticada dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal com a antecedência de 2 (dois) dias da data de realização da Assembleia. 4. Para participar da Assembleia, os acionistas deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de titularidade das ações da Companhia. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, ou por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo e-mail ol-juridico-societario@btgpactual.com. São Paulo, 27 de agosto de 2024. **Diretoria da BW Properties S.A.**